

1.

Red de Ciudades BID

O QUE PODEMOS FAZER PARA RESPONDER AO CONTÁGIO PELA COVID-19 NA CIDADE INFORMAL?

2020

Editores:
Felipe Vera, Veronica Adler,
Maria Camila Uribe



LOTS OF ARCHITECTURE
–publishers

DIRETORA EDITORIAL
Florença Rodríguez

CEO
Pablo Gerson

EDITORA CHEFE
Isabella Moretti

EDIÇÃO
Santiago Bogani, Renée Carmichael,
Magdalena Tagliabue, Lisa Naudin

PROGRAMAÇÃO VISUAL
Santiago Passero, Ignacio Espert

TRADUÇÃO ESPANHOL-PORTUGUÊS
Lígia Crisóstomo Rosário, Sandra Almeida

Todas as imagens e textos contidos
nesta publicação foram compendiados
e cedidos pelo Banco Interamericano de
Desenvolvimento (BID).

A Lots of Architecture –publishers não se
responsabiliza pelas opiniões, dados e uso
de referência expressados pelos autores.

Copyright © 2020 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzida com atribuição ao BID e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido.

Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCTRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO. Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.



O que podemos fazer para responder ao COVID-19 na cidade informal?

IDB-CB-00303

RESUMO

Os habitantes de assentamentos informais enfrentam ameaças à saúde geradas pelo COVID-19 semelhantes às do resto da sociedade, mas as vulnerabilidades sistêmicas com as quais são confrontadas devido à sua situação habitacional os colocam em maior risco diante da emergência de saúde e seus impactos. Para resolver isso, é necessário pensar em uma abordagem multidisciplinar, multissetorial e multinível para resolver os problemas que surgem nos bairros populares. Este documento apresenta uma série de recomendações que podem ser usadas para intervir efetivamente no gerenciamento da emergência atual e recuperar essas áreas urbanas das cidades.

AUTORES

Felipe Vera
Verónica Adler
Paloma Acevedo
Francisca Rojas
Maria Camila Uribe
Maria Camila Quintero
Claudia Huerta
Sebastián Lew
Martin Soulier
Melina Nacke
Valentina Simonez

EQUIPE DE PESQUISA

Sol Rodriguez
Guadalupe Rojo
Milagros Barchi
Programa de Ciudades -
CIPPEC

EDITORES

Felipe Vera
Verónica Adler
María Camila Uribe

PALAVRAS CHAVES

Melhoria de bairros marginais
Coronavírus
Pandemia
Cidade informal
Espaço público

JEL CODES

O12 Microeconomic Analyses of Economic Development
O21 Planning Models • Planning Policy
O35 Social Innovation
O54 Latin America • Caribbean
R14 Land Use Patterns
R21 Housing Demand
R31 Housing Supply and Markets

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a doença COVID-19, causada pelo vírus que afeta o sistema respiratório, novel-Coronavírus, nCoV-2019 ou SARS-CoV-2, como uma pandemia. Na América Latina e no Caribe já foram reportados milhares de casos confirmados, em quase todos os países da região, e um número crescente de mortos. Estima-se que o número de casos, mortes e países atingidos continue aumentando. A enfermidade COVID-19 pode ser propagada de pessoa a pessoa por secreções respiratórias de maneira direta ou indireta, quando estas secreções caem em alguma superfície e outra pessoa toca-a e logo após leva a sua mão aos olhos, nariz ou boca¹. Além disso, os primeiros estudos avaliam que o vírus pode viver vários dias, dependendo do tipo de superfície². Por isto, as medidas de higiene, distanciamento social e isolamento são consideradas aspectos essenciais da resposta de saúde pública para deter a propagação da epidemia. Realizar estas medidas está sendo um desafio para toda a população mundial,

mas é especialmente difícil para uma grande porcentagem da população vulnerável que mora em assentamentos informais. As condições de superlotação são propícias para a transmissão de doenças³, e, especialmente, existe uma grande incidência de doenças respiratórias (como asma) entre a população destes assentamentos⁴.

No mundo, são 863 milhões de pessoas de países em vias de desenvolvimento que moram em assentamentos informais⁵, com impossibilidade de se isolar devido aos altos níveis de superlotação nas suas moradias, não podem lavar as mãos frequentemente porque não têm abastecimento regular de água, não conseguem administrar corretamente os resíduos porque nos seus bairros não dispõem de soluções de saneamento e têm que escolher entre o isolamento social ou passar fome, pois vivem com o que ganham no dia a dia. Dentro destes bairros, além do mais, muitas vezes, encontram-se super-representadas populações vulneráveis como migrantes,

mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas, afrodescendentes e membros da comunidade LGBTQ+. Os modelos epidemiológicos preveem que os impactos da COVID-19 vão ser especialmente altos na cidade informal⁶ e terão repercussões importantes nas fontes de renda, que impactarão particularmente sobre os grupos mais pobres, que dependem das suas atividades laborais do dia a dia, e principalmente informais, para manter o seu consumo. Além disso, os modelos epidemiológicos também preveem uma menor efetividade das medidas de contenção da propagação tradicionais nestes assentamentos, pelo qual os gestores de política pública devem pensar em mecanismos alternativos e respostas distintas para estas áreas.

1. Organização Mundial da Saúde (OMS). - 2. Lancet. - 3. Ver os seguintes estudos: (i) Webb P.M., Knight T., Greaves S., Wilson A., Newell D.G., Elder J. e Forman D. "Relation between infection with Helicobacter pylori and living conditions in childhood: evidence from person to person transmission early in life", British Medical Journal, vol. 38. (1994); (ii) Fonseca W., Kirkwood B.R., Victora C.G., Fuchs S.R., Flores J.A. e Misago C., "Risk factors for childhood pneumonia among the urban poor in Fortaleza, Brazil: a case-control study". Bulletin World Health Organization, 74, (1996), 199-208. (iii) Murtagh P., Cerqueira C., Halac A., Ávila M., Salomon H., Weissenbacher M., Acute lower respiratory infection in Argentinian children: a 40 month clinical and epidemiological study. Pediatric Pulmonology, 16, (1993) 1-8. - 4. Sobre a evidência de incidência de doenças respiratórias ver: (i) Benício, D'A M.H., Ferreira, M.U., Cardoso, M.R., Konno, S.C., Monteiro, C.A., "Wheezing conditions in early childhood: Prevalence and risk factors in the city of São Paulo, Brazil", Bulletin of the World Health Organization, 82, (2004) 51-52; (ii) Unger A e Riley LW, "Slum Health: From Understanding to Action", PLoS Med 4 (2007); (iii) Matte, T., e Jacobs, D., "Housing and health: Current issues and implications for research and progress. Journal of the Urban Health", Bulletin New York Academy of Medicine, 77 (2000), 7-25. - 5. De acordo com um documento da CAF, um terço da população de países em desenvolvimento mora em assentamentos informais, que passou de 650 milhões em 1990 a 863 milhões em 2012 (Alves 2018). Para a América Latina trata-se de 21.1% da população urbana, conforme informa UN-Habitat em 2014 (Open Data from UN Habitat Global Urban Observatory). Igualmente, a nota técnica 604 do BID informa que 60% dos pobres da região moram em assentamentos (Brakarz e Jaitman 2013). - 6. Chen et al, "Effect of modelling slum populations on influenza spread in Delhi", BMJO (2016). - 7. Adiga et. al "Disparities in spread and control of influenza in slums of Delhi: findings from an agent-based modelling study", BMJO (2017).

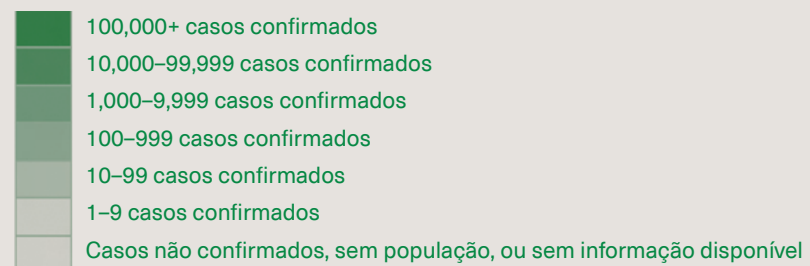


Figura 1. Mapa de dispersão COVID-19 per capita para o dia 2 de abril de 2020. Devido à rápida evolução da situação, a representação da cartografia corresponde aos dados do dia de hoje e pode não incluir os casos mais recentes. Visitar os relatórios Organização Mundial da Saúde (OMS) para informação atualizada sobre o estado da do cenário. Fonte: Johns Hopkins University CSSE, The Centers for Disease Control and Prevention, New York Times, CNBC

ÁREAS DE ALCANCE DA POLÍTICA PÚBLICA NOS BAIRROS POPULARES ATINGIDOS PELA COVID-19

Os moradores dos assentamentos informais enfrentam ameaças de saúde ocasionadas pela COVID-19 semelhantes às do restante da sociedade, porém as vulnerabilidades sistêmicas que apresentam os colocam em uma situação de maior risco diante da emergência sanitária e dos seus impactos. Dentre estas, destacam-se as seguintes:

- Condições de moradia deficientes e superlotadas.
- Acesso escasso à água, saneamento e outros serviços básicos.
- Oportunidades de emprego limitadas, e alta dependência da economia informal.
- Acesso escasso a alimentos baratos e nutritivos.
- Acesso limitado ou nulo às tecnologias de informação e comunicação.
- Ocupação de áreas propensas a desastres naturais.
- Capacidades limitadas para enfrentar e se adaptar à crise e a eventos extremos.

É por isto que é necessário pensar em uma abordagem multidisciplinar, multissetorial e multinível para a atenção das problemáticas nos bairros populares. A abordagem sobre a COVID-19 em assentamentos informais deve envolver necessariamente diferentes áreas da política pública:

1. □

Saúde: mediante ações de política pública que atendam os contágios e a logística de atendimento e isolamentos. Esta área também tem responsabilidade no atendimento de problemas de saúde associados ao lockdown (confinamento), com especial foco nos tratamentos de doenças crônicas, na atenção à gravidez e no cuidado da saúde psicoemocional.

2. □

Habitação: garantindo o acesso a uma moradia digna que permita proteger-se durante o isolamento e proteger a população mais vulnerável. Esta área também é responsável pelo atendimento dos aluguéis e de possíveis despejos diante do impacto econômico que o isolamento social pode ocasionar.

3. □

Serviços básicos: garantindo, para o controle da epidemia, o acesso a serviços básicos de água, saneamento, e eletricidade, indispensáveis em contextos de emergência econômica como o que a COVID-19 produz.

4. □

Infraestrutura urbana: mediante a facilitação de instalações que permitam melhorar as condições de habitabilidade nos bairros, no espaço público e na circulação.

5. □

Desenvolvimento Social: a partir da provisão de informação sobre o seguimento dos protocolos e o monitoramento para o seu acatamento. Neste ponto, servirá o apoio dos líderes do bairro, adaptar a linguagem e aplicar técnicas de economia do comportamento, que podem ser a chave para que os protocolos sejam acatados.

6. □

Segurança social: mediante a implementação de um sistema de proteção que trate de questões fundamentais durante o isolamento, como é o caso da violência, do consumo problemático e da saúde mental.

7. □

Trabalho: estabelecendo estratégias de financiamento de alimentos e serviços básicos durante a emergência, assim como a partir de medidas de reativação econômica com especial foco na vulnerabilidade da população que mora nos bairros populares.

8. □

Economia: a partir de conceder facilidades para setores como o comércio ou a construção, para que diminuam o contato com o restante da cidade e apoiem os pequenos empreendedores do bairro.

9. □

Educação: garantindo a continuidade educativa das crianças e adolescentes que moram nos bairros populares com materiais de estudos e aulas digitalizadas. Esta área também é responsável por conceber e implementar capacitações e formação específica para a recuperação logo após a emergência.

As medidas diante da COVID-19 devem estar orientadas principalmente na direção de construir e fortalecer as capacidades das comunidades e populações vulneráveis para dar resposta à emergência e à recuperação, envolvendo-as nos processos de tomada de decisão. A participação e o envolvimento da cidadania são essenciais em contextos de emergência, pois legitimam as políticas e as tornam mais eficientes.

A seguir, serão apresentados eixos de ação e medidas concretas para agir, separando a resposta em duas etapas: emergência e

recuperação. Na primeira instância, a gestão da emergência, visa controlar o contágio permitindo que os custos em termos de qualidade de vida das pessoas que moram na cidade informal sejam os menores possíveis. E, posteriormente, a recuperação, onde muitas pessoas terão situações de vulnerabilidade econômica, produto do isolamento e dos custos sociais por perdas de familiares.

EIXOS
DE AÇÃO E
MEDIDAS
CHAVE PARA
ATENDER A
EMERGÊNCIA
DA COVID-19
NOS
BAIRROS
POPULARES



Argentina. Vista aérea do Barrio 31, Buenos Aires, Argentina. Os impactos da COVID-19 vão ser especialmente altos na cidade informal, devido à dificuldade de ter acesso a infraestruturas seguras, serviços de saúde, informação que instale pautas de comportamento, atividades de subsistência econômica, entre outros. **Crédito:** Cristóbal Palma

A abordagem dos impactos imediatos da COVID-19 nos bairros populares busca atender as questões mais urgentes relacionadas à difusão de informação chave, à proteção do setor populacional mais vulnerável à epidemia, ao controle do acatamento efetivo do isolamento social, obrigatório e preventivo, e ao fornecimento de ferramentas de comunicação e conexão digital para o eficaz

cumprimento das medidas de proteção.

A seguir, será apresentada uma série de medidas que são fundamentais para atender o impacto da COVID-19 nos setores urbanos mais vulneráveis, que moram nos bairros populares. As medidas estão organizadas em eixos estratégicos para que a emergência sanitária possa ser atendida e controlada de maneira eficiente.

DIFUNDIR

Em muitos bairros informais, a informação clara e legítima sobre as medidas de prevenção e os serviços que o Estado está pondo à disposição para responder à emergência não chegam de maneira fluida. É por isto que é importante desenvolver medidas rápidas que permitam informar a população sobre como agir para promover padrões de comportamento que evitem a propagação do vírus.



Figura 2. A produção de sinalização para o espaço público pode contribuir para reforçar pautas de comportamento. Por sua vez, deve estar acompanhada da comunicação e informação por parte de líderes comunitários que ajudem a transmitir os protocolos de prevenção e detecção precoce. Crédito: Governo da Cidade de Buenos Aires

Medida 1.

Capacitar e trabalhar conjuntamente com líderes comunitários

Os líderes comunitários são vozes respeitadas para os moradores dos bairros. Por esta razão, podem ser canais de comunicação rápida e eficaz de protocolos sanitários de prevenção e detecção precoce, assim como para articular assistência social de emergência (violência, primeira infância, dependência química) e necessidades de apoio psicológico. Por exemplo, aqui, podemos ver um vídeo feito pelos moradores do Bairro 31, um assentamento informal de Buenos Aires onde são entregues mensagens para a comunidade. É também fundamental trabalhar junto aos líderes comunitários para detectar percepções públicas e comportamentos de risco, combater a desinformação e criar respostas culturalmente apropriadas e empáticas. É vital levar adiante processos em conjunto com os líderes comunitários, e ter comunicação permanente com eles.

Produto chave: ateliê de capacitação de líderes comunitários para manejar a emergência.

Medida 2.

Utilizar o espaço público para difundir mensagens chave

É importante que as mensagens chave de controle da doença e informação sobre comportamento seguro (distanciamento social ao falar com vizinhos, lavar as mãos, evitar tocar o rosto com as mãos) estejam presentes nos espaços públicos dos bairros, como também a informação sobre os serviços e os apoios aos quais os moradores podem optar. Isto pode ser realizado com a inclusão de sinalização rápida ou inclusive stencils de pintura no espaço público, que pode ser realizada pelos grupos de vizinhança.

Produto chave: plano de difusão mediante sinalização no espaço público.

Medida 3.

Difundir mensagens e informação importante através de veículos de circulação interna e grupos a pé

Além da sinalização no espaço público, a difusão de informação oficial por alto-falantes é uma ação que está sendo feita por diversos governos, e que contribui para que a população conheça as medidas de prevenção e higiene. Esta estratégia foi utilizada na China durante o surto da COVID-19. É importante pôr à disposição um veículo de circulação interna nos bairros, que leve a mensagem, e, além disso, um grupo a pé, que circule pelas ruas onde um veículo motorizado não tem acesso. Na Cidade de Buenos Aires, o Instituto da Habitação da Cidade está realizando uma estratégia de difusão de medidas de prevenção em 30 bairros populares através de veículos com alto-falantes e de um grupo a pé, com megafones.

Produto chave: grupo de difusão por alto-falante.



Figura 3. Em Wuhan, Província de Hubei, China, trabalhadores e voluntários usaram alto-falantes para difundir informação importante e medidas de prevenção. Créditos: www.news.cn

Medida 4.

Produzir informação de prevenção e cuidado em linguagem similar a dos habitantes dos bairros populares

Em situações de emergência, é importante reduzir a brecha de comunicação a partir da produção de folhetos e mensagens digitais que utilizem linguagem próxima e empática, levando em consideração a cotidianidade dos habitantes dos bairros populares. Também é importante que os folhetos e as mensagens sejam feitos em outros idiomas muito utilizados pelas comunidades de cada bairro. Além disso, é necessário contemplar as necessidades de informação e comunicação particulares das crianças e dos adolescentes. As mensagens devem entender os contextos particulares e utilizar terminologia e modismos facilmente apreensíveis. Existem alguns exemplos deste tipo de estratégias, como o trabalho da rede de associações comunitárias Muungano wa Wanavijiji⁸ no Quênia, ou o da organização Abahlali base Mjondolo⁹, na África do Sul, que traduzem informação relevante a idiomas locais, majoritariamente utilizados pela população dos assentamentos informais.

Produto chave: folheto impresso e digital em linguagem cotidiana, assim como em outros idiomas utilizados pelas comunidades que habitam os bairros populares em cada território.



8. Mais informação em: <https://www.muungano.net/>

9. Mais informação em: <http://abahlali.org/>

Figura 4. No Quênia, a associação Muungano wa Wanavijiji coloca nos assentamentos informais cartazes traduzidos ao idioma swahili, pois o Ministério de Saúde somente difunde informação em inglês. Créditos: Muungano wa Wanavijiji.

Medida 5.

Garantir o acesso dos habitantes a aplicativos gratuitos e outras fontes digitais de informação oficial em relação à COVID-19

Os aplicativos e bots aparecem como ferramentas estratégicas para controlar o avanço de emergências sanitárias e para tornar mais lenta a propagação do vírus. Existem exemplos como os aplicativos Boti, implementados pelo Ministério de Saúde do Governo da Cidade de Buenos Aires, CoronApp do Governo da Colômbia, e Coronavírus Argentina, lançado pelo Governo da Argentina, entre muitos outros. Estes aplicativos funcionam mediante questionários breves que permitem que o usuário identifique se é portador da COVID-19, e lhe oferecem informação de contato com serviços de emergência, assim como sobre as formas de prevenir a propagação da doença. Um dos maiores benefícios deste tipo de aplicativos é evitar que os serviços de atenção sanitária colapsem com consultas e se tornem lugares de mais contágios, evitando a mobilidade das pessoas, assim como permitem que os cidadãos tenham acesso ao atendimento no caso de apresentar sintomas. Nos assentamentos informais, é recomendável realizar esforços para garantir o acesso e uso destes aplicativos pelos habitantes.

Produto chave: apoio ao uso de aplicativos gratuitos sobre COVID-19.



Figura 5. O aplicativo Coronavírus Argentina, criado pelo Governo Nacional, permite realizar uma autoavaliação de sintomas e difundir as medidas de prevenção e informação importante, e a localização dos centros de saúde. Foi lançado no dia 23 de março. Créditos: Gobierno de la Nación Argentina.

IDENTIFICAR

A morfologia dos bairros informais tende a ser muito heterogênea, e por isso para ter uma intervenção eficaz é preciso identificar para cada assentamento áreas de maior risco e tratamento por “bloco” ou grupos de moradias, que apresentem maiores barreiras para a implementação de medidas ou a presença de população de maior risco. Por exemplo, na Argentina, em 2018, a superlotação crítica (mais de três pessoas por quarto) afetava 1.306.000 pessoas nos principais aglomerados urbanos do país, conforme dados do Instituto Nacional de Estadística e Censos da República Argentina, INDEC, (2018)¹⁰. Igualmente, a taxa de superlotação crítica nos assentamentos da Argentina chegava a 35% de acordo com Tuñon (2018)¹¹.

Medida 6.

Identificar unidades habitacionais com maior superlotação e insalubridade

É possível trabalhar com os grupos de vizinhos para fazer um levantamento das áreas críticas onde, posteriormente, a ajuda (melhoramento de moradias insalubres, relocação para o readensamento, etc.) deverá ser focalizada. Isto é possível de ser realizado mediante aplicativos de mapeamento comunitário que permitam gerar rapidamente um mapa de áreas críticas. Um aplicativo que pode ser utilizado é o desenvolvido pelo Centro para o Desenvolvimento Sustentável (CFSD, pelas suas siglas em inglês), que foi utilizado em Nagpur com muito sucesso. Concretamente, o CFSD conseguiu que, a partir do desenvolvimento de um aplicativo para celular, o ambiente construído, o seu estado, a posse da terra e as características socioeconômicas da população que mora em bairros informais fossem levantadas. O aplicativo é administrado por pesquisadores experientes e é assistido pela comunidade, com um grande potencial para baixar os custos em tempo e dinheiro destes levantamentos¹². Igualmente, existem plataformas que já contam com mapeamentos de áreas informais, e que por sua vez respondem a sistemas abertos para a incorporação de novos dados. É o caso da iniciativa Know Your City¹³, ou o mapeamento já realizado na Argentina para a Cidade de Buenos Aires, denominado “Caminos de la Villa” (Caminhos da Favela)¹⁴. Todos eles permitem que, a partir de um telefone celular, acrescente-se informação georreferenciada ao mapa.

Produto chave: mapa de blocos críticos.

Medida 7.

Identificar população de maior risco

É importante saber onde está localizada a população de maior risco frente à propagação do vírus (idosos e pessoas com condições médicas preexistentes) e trabalhar proativamente no desenvolvimento de soluções de isolamento temporal para eles. Isto pode ser realizado em colaboração com as organizações de vizinhança e assim conseguir dimensionar os custos econômicos das medidas de isolamento e proteção.

Produto chave: levantamento de população de risco.

10. Os aglomerados referem-se aos 31 centros com mais de 100.000 habitantes com alta densidade e alto risco sanitário e ambiental, e abrigam 62% da população nacional. Fonte: Indicadores de condições de vida dos lares em 31 aglomerados urbanos. Informes Técnicos vol. 3, n° 83. Instituto Nacional de Estadística e Censos. Segundo Semestre 2018. - 11. Tuñon I., “(IN)equidades en el ejercicio de los derechos de niñas y niños. derechos humanos y sociales en el periodo 2010-2017”, Série EDSA Agenda para a Equidade (2017-2025), Observatório da Dívida Social Argentina, (Fundação Universidade Católica Argentina, 2018). - 12. Mais informação em: <https://pmaymis.gov.in/> - 13. Mais informação em: <https://knowyourcity.info/> - 14. Mais informação em: <https://caminosdelavilla.org/>

Medida 8.

Identificar migrantes em situação de risco

Muitos migrantes costumam estar excluídos dos esquemas nacionais de proteção financeira relativos aos serviços sociais e de saúde. Esta exclusão faz com que a detecção precoce, as provas, o diagnóstico, o rastreamento de contatos e a busca de atenção para a COVID-19 sejam difíceis para os refugiados e os migrantes, o que aumenta o risco de surtos nestas populações e que tais surtos podem não ser controlados ou, inclusive, permaneçam ocultos ativamente. Estas condições apresentam uma ameaça adicional para a saúde pública no contexto da emergência, sendo, portanto, necessário identificar a população migrante em situação de risco e ter em consideração a sua situação de vulnerabilidade durante a pandemia.

Produto chave: levantamento de população estrangeira e sistema integral de assistência durante a emergência.



Figura 6. Mapa de sistema aberto da plataforma “Caminos de la Villa”, onde os moradores podem contribuir para a atualização constante de informação através dos seus celulares. Crédito: Caminos de la Villa

PROTEGER

Uma vez que as áreas críticas e a população de risco são identificadas, devemos começar a pensar em como proteger a comunidade mediante ações que facilitem as medidas de controle, especialmente, a higiene, fornecendo infraestrutura necessária para manter as condições sanitárias mediante soluções habitacionais e de infraestrutura básica temporária, como são os postos de água, saneamento e o correspondente isolamento das populações de risco.

Estas medidas são uma primeira linha de defesa e resultam ser essenciais para retardar a propagação da doença ao reduzir o número total de casos, e, portanto, a gravidade da emergência no bairro.

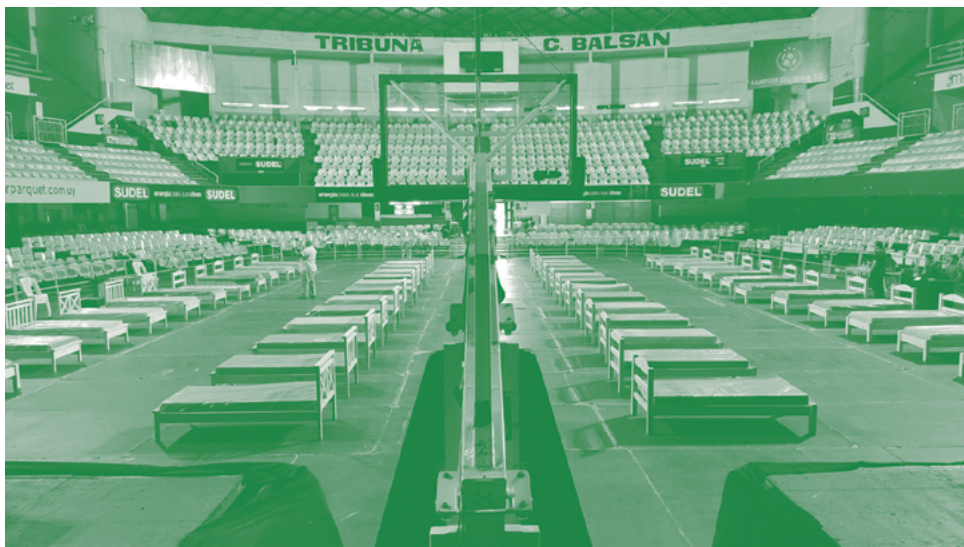


Figura 7. Aliança do setor público com organizações da sociedade civil para o isolamento de pessoas em idade de risco ou em situação de rua, ponto de ação fundamental para a habilitação de espaços de cuidado. Crédito: Clube Atlético Peñarol

Medida 9.

Habilitar espaços de cuidado e isolamento para população de risco

Não se deve esperar que o vírus se propague para realocar a população de risco. Tendo como base o levantamento da população de risco, devem ser encontrados espaços para habilitar ou, melhor ainda, instalar espaços temporários para o isolamento e cuidado de adultos idosos e população com comorbidades, que sigam protocolos sanitários e lhes forneçam comida e serviços para evitar o seu contágio. As obras de instalação que sejam necessárias podem ser realizadas pelos mesmos moradores, limitando com isso o acesso de pessoas alheias à comunidade e garantindo que os recursos investidos permaneçam nos bairros. Nos casos nos quais não exista a possibilidade de destinar espaços seguros dentro dos bairros, pode-se pensar em mecanismos para realocar os moradores fora destes pagando aluguéis temporariamente. Um exemplo disto, que surgiu na origem da propagação da COVID-19, é o caso uruguaio, onde foram tomadas decisões conjuntas a partir da Secretaria Nacional do Esporte (SND) e do Ministério de Desenvolvimento Social (Mides). A medida solicita que se forneça o abrigo para pessoas em situação de rua e/ou idade de risco dentro de instalações esportivas. O estádio de basquetebol Palácio Peñarol foi o primeiro a pôr à disposição as suas instalações e a ação já está sendo replicada em outros centros esportivos¹⁵. Da sua parte, a cidade do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura, lançou um programa para abrigar em quartos de hotel idosos da população vulnerável residentes nas favelas. Em Niterói, no Brasil, a prefeitura alugou um hotel para acolher as pessoas em situação de rua, para fornecer-lhes abrigo e alimentação durante a pandemia.

Produto chave: habilitação de espaços de cuidados saudáveis.

15. Mais informação em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/salud/palacio-penarol-pronto-recibir-personas-edad-riesgo-coronavirus.html>.

Medida 10.

Criar redes de habitantes dos bairros populares que possam trabalhar como voluntários civis em contextos de emergência

Em um contexto de emergência sanitária, onde a saúde e a vida estão em risco, as equipes de voluntários civis tornam-se relevantes para responder com maior eficácia. Em situações de vulnerabilidade urbana, como é o caso dos bairros populares, costuma existir uma alta presença de diferentes organizações no território, e um vínculo estreito destas organizações com as autoridades. Estes vínculos podem ser aproveitados para criar e capacitar brigadas de voluntários que possam fornecer ajuda inicial, condicionar espaços de abrigo, conceder apoio logístico e colaborar na distribuição de alimentos, principalmente, a idosos que vivem sozinhos e a lares monoparentais. Estes tipos de estratégias consolidam o vínculo no interior da comunidade e fortalecem os laços entre a comunidade e a autoridade local¹⁶. Um exemplo deste tipo de estratégia é o Ponto Essencial do Plano de Ação Local para a Resiliência¹⁷, impulsionado pelo Governo da Cidade de Córdoba, denominado “Organizar-se para a resiliência perante desastres”. Este programa tem como principal objetivo administrar a participação do setor privado e ajudar a que complemente, caso seja necessário, os recursos próprios da cidade para fazer frente a desastres.

Produto chave: rede de voluntários organizados por atividade e distribuídos no território.



16. Uriarte Arciniega, “La resiliencia comunitaria en situaciones catastróficas y de emergencia”, International Journal of Developmental and Educational Psychology INFAD. Revista de Psicología, N° 1, 2010. ISSN: 0214-9877 (2007), 687-693. Disponibilizada online em: <https://core.ac.uk/download/pdf/72045848.pdf>

17. Mais informação em: <https://www.cordoba.gob.ar/wp-content/uploads/2019/03/cba-ciudad-resiliente.pdf>

Figura 8. Plano de Ação Local para a Resiliência, impulsionado pela Prefeitura de Córdoba, Argentina, com o objetivo de organizar a participação do setor privado e da sociedade civil frente a possíveis desastres. Créditos: Prefeitura de Córdoba, Argentina.

Medida 11.

Estabelecer mecanismos para a utilização de imóveis ociosos

Em algumas cidades latino-americanas existem, geralmente, um número muito grande de imóveis ociosos, ou residências alugadas transitoriamente que não se encontram habitadas. Por outro lado, um dos grandes desafios diante da emergência sanitária são as condições de superlotação nas quais se encontram muitos habitantes de bairros populares. Diante desta situação, os Estados podem, através de isenção de impostos a imóveis ou outros mecanismos, mobilizar imóveis ociosos para que possam ser utilizados como residência transitória para a população de risco, que necessite estar isolada e que não possa fazê-lo pelos seus próprios meios, porque vive em condições de superlotação. Em algumas cidades, os governos estão tomando medidas semelhantes, para mobilizar moradias ou imóveis ociosos para abrigar a população de risco, ou trabalhadores da saúde. Na Colômbia, os imóveis que estão em mãos da Sociedade de Ativos Especiais (SAE), propriedades em extinção de domínio por delitos como o narcotráfico, a lavagem de ativos e enriquecimento ilícito, foram adequados e postos à disposição para acolher vítimas de violência doméstica intrafamiliar durante o isolamento. Na localidade de San Isidro, Província de Buenos Aires, Argentina, a prefeitura tem previsto leiloar imóveis de grande valor, com dívidas imobiliárias muito altas, com o objetivo de arrecadar fundos extraordinários para a compra de insumos necessários para enfrentar a COVID-19.

Produto chave: normativa de isenção impositiva dirigida àqueles que possuem imóveis ociosos.

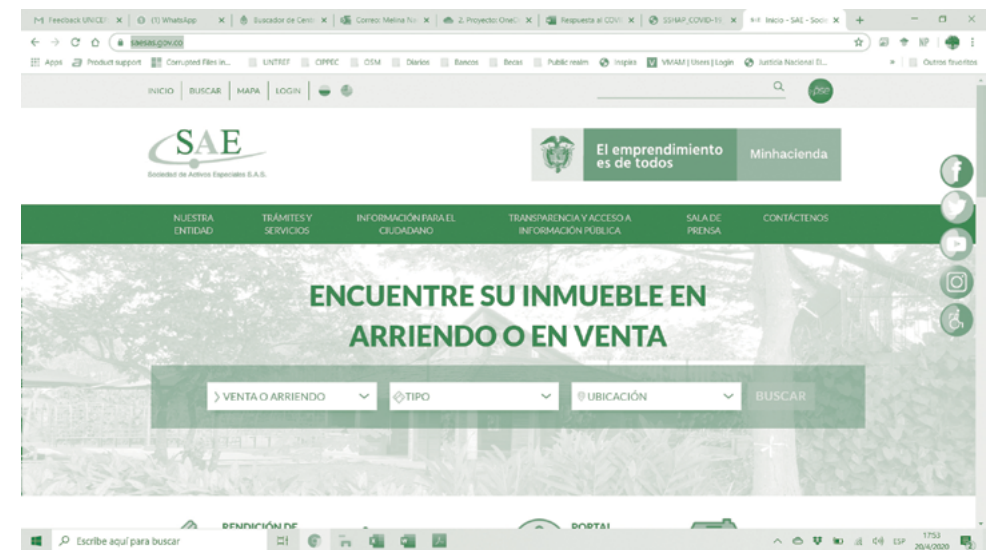


Figura 9. Página inicial do website da Sociedade de Ativos Especiais (SAE) da Colômbia. Créditos: www.saesas.gov.co

Medida 12.

Criar respostas específicas para prevenir e atender a situações de violência doméstica

O isolamento social, preventivo e obrigatório, trouxe como consequência um aumento da violência doméstica, especialmente da violência de gênero nos lares. Esta situação torna-se ainda mais complexa nos assentamentos informais, devido às condições de superlotação de alguns lares, onde se torna mais difícil manter as distâncias físicas e emocionais necessárias entre os seus habitantes. Na Argentina, somente na Província de Buenos Aires, houve um incremento de 60% nas ligações telefônicas para a linha de atendimento gratuito 144, a partir do lockdown (confinamento). De acordo às fontes oficiais, 8 de cada 10 ligações correspondem a mulheres que sofrem violência doméstica. É por isso que é importante levar adiante medidas para conter o número de vítimas de violência nos bairros informais. Propõe-se criar redes e campanhas de difusão com informação sobre onde acudir em caso de se encontrar em uma situação de vulnerabilidade por violência, assim como contar com albergues específicos que acolham pessoas em situação de vulnerabilidade por violência, onde existam, além disso, acompanhamento e atendimento psicológico especializado. Na Espanha, a partir da iniciativa do Ministério da Igualdade, o Governo Nacional habilitou hotéis para o abrigo de mulheres vítimas de violência, diante da falta de disponibilidade dos serviços de acolhimento no contexto de emergência produzida pela COVID-19. Na Colômbia, os imóveis que estão em mãos da Sociedade de Ativos Espaciais (SAE), propriedades em extinção de domínio por delitos como o narcotráfico, a lavagem de ativos e enriquecimento ilícito, foram adequados e disponibilizados para acolher vítimas de violência doméstica intrafamiliar durante o isolamento. Em Lima, Peru, o governo local inaugurou o albergue Casa da Mulher, um espaço de atenção integral para mulheres vítimas de violência, onde serão fornecidos abrigo, proteção e alimentação.

Produto chave: sistema integral de acompanhamento e proteção de mulheres contra a violência de gênero.



Figura 10. Inauguração da Casa da Mulher em Lima, criada diante da necessidade de abrigo de mulheres vítimas de violência durante o isolamento. Créditos: Prefeitura de Lima.

Medida 13.

Instalar e construir pontos de higiene e saúde temporários no espaço público

É importante fornecer aos moradores fontes de água limpa onde possam lavar as suas mãos e também fornecer álcool em gel e produtos de limpeza e espaços para entregar soluções de saúde de primeira necessidade. Para isto, tomando como base o mapa de blocos críticos, é possível selecionar localizações estratégicas para colocar pontos de higiene temporários, que sirvam tanto para o fornecimento de produtos quanto para lavar as mãos. A iniciativa Juntos pela Saúde, impulsionada pelo Governo do México, é um exemplo aplicável com esta finalidade. Tem como objetivo proporcionar informação e serviços preventivos de saúde, para o qual se dispõe de unidades móveis, caminhões equipados para fornecer orientação geral, que se deslocam em direção aos setores onde a maior vulnerabilidade é identificada¹⁸. Outro exemplo de identificação de pontos de higiene temporários é o programa Reblocking. O mesmo estuda a topologia de cada bairro, muito diferente a da cidade formal, considera acessos, a relação entre eles e a posição relativa no interior de cada "quarteirão"; logo após, através da aplicação de um algoritmo matemático, identifica desconexões da infraestrutura urbana e sugere a localização de infraestrutura com um nível mínimo de interferência sobre o existente¹⁹.

Produto chave: habilitação de pontos de higiene temporários.



18. Mais informação em: <https://www.juntosporlasaludevds.org/>

19. Christa Brelsford (Santa Fe Institute), Taylor Martin (Oak Ridge National Laboratory), Joe Hand (Departamento de Matemática, Sam Houston State University), Luis Bettencourt (Mansueto Institute for Urban Innovation and Department of Ecology and Evolution, University of Chicago) e a colaboração de Slums Dwellers International (SDI) e a Community Organisation Resource Centre.

Figura 11. A Unidade móvel de saúde tem como objetivo dar assistência médica aos bairros, permitindo que os moradores possam ser atendidos sem a necessidade de se dirigir aos grandes centros hospitalares. Crédito: Juntos por la Salud

Medida 14.

Apoiar a os restaurantes comunitários

Outra alternativa para contribuir com a segurança alimentar, por parte dos setores mais desprotegidos, é aumentar o apoio financeiro e logístico aos restaurantes comunitários que atendem a demanda alimentícia destas populações. Diante de uma situação de isolamento, muitas das opções de recepção de comida que existem normalmente estão paradas, como, por exemplo, as cantinas escolares. As redes comunitárias de restaurantes que existem nos bairros populares podem funcionar como mecanismos para garantir o fornecimento de alimentos na medida em que possam contar com maiores recursos e orçamento. Nesta linha, o Governo Nacional Argentino, através do Ministério de Desenvolvimento Social, e diante da emergência sanitária da COVID-19, aumentou os recursos orçamentários e a distribuição de alimentos em restaurantes comunitários e cantinas escolares. Além disso, para incrementar o alcance da política foi prevista a instalação de módulos alimentares em diferentes bairros.

Produto chave: linha de financiamento dirigida a restaurantes comunitários.



Figura 12. Restaurante comunitário do bairro Esperanza em Lomas de Zamora (Buenos Aires, Argentina) antes da pandemia. Créditos: Infobae.com

Medida 15.

Implementar um sistema de distribuição de marmitas

Diante do isolamento, muitos dos restaurantes comunitários necessitam continuar funcionando, mas diante do imperativo de evitar aglomerações de pessoas, a alternativa é ativar um sistema de distribuição de marmitas, onde voluntários entreguem nas residências a comida usualmente fornecida pelos restaurantes comunitários. É necessário pôr à disposição agentes estatais que prestem assistência a este trabalho, assim como gerar instâncias de coordenação com as organizações da sociedade civil com presença no território. É importante destacar que, à diferença da distribuição de víveres, a distribuição de marmitas ou porções de comida quente pode satisfazer a necessidade de alimentação a grupos vulneráveis, que não contam com a infraestrutura necessária para a preparação de alimentos. Alguns países da região já estão implementando medidas de distribuição de marmitas, como a cidade de Lima, no Peru, através do programa Cozinha de Todos. A prefeitura, em aliança com o setor privado, está distribuindo cardápios nutritivos e saudáveis para as pessoas mais vulneráveis que ajudarão a fortalecer o seu sistema imunológico.

Produto chave: sistema comunitário e multisetorial para a distribuição de alimentos em formato de marmitas.



Figura 13. Programa Cozinha de Todos na cidade de Lima, Peru. Alimentação de pessoas vulneráveis durante o estado de emergência causado pela COVID-19. Créditos: Prefeitura de Lima.

Medida 16.

Fortalecimento na provisão e venda de comércios do bairro

Trata-se de acompanhar através de referentes do bairro ou funcionários estatais nos seguintes aspectos aos comércios locais, com a finalidade de que contem com mercadoria para vender:

- Apoio aos comerciantes e produtores para tramitar a autorização de circulação para a reposição de mercadorias de pequenos comércios de bairro, que, geralmente, é realizada fora do bairro.

- Gerir o acesso e a entrega rápida e em massa do postnet gratuito, destinado aos comerciantes de bairro e produtores. É requerido, neste ponto, flexibilizar os requisitos da sua entrega ou, no seu defeito, agilizar o ingresso ao Monotributo Social (Imposto e Contribuição Únicos Social, que no Brasil é chamado “Simples Nacional”), em caso de que não se encontrem inscritos, e coordenar para que seja aceito pelo fornecedor do postnet.

O objetivo desta medida é impactar positivamente nos comércios das proximidades, facilitando a oferta dos seus produtos e ampliando as formas de pagamento.

Produto chave: apoio a comércios do bairro na gestão de autorizações e acessos a pontos de venda digitais.

Medida 17.

Distribuir equipamento para a preparação de alimentos e o aquecimento de moradias

Em contextos de crise como o que a COVID-19 ocasiona, garantir o acesso a bens e serviços básicos é uma prioridade. A inatividade, produto do isolamento social imposto para conter a propagação do vírus, romperá a estrutura econômica que sustenta a todos aqueles que moram nos bairros populares da América Latina. A incapacidade de ter acesso a alimentos, causada pela ruptura da rede de pagamentos, em um longo prazo também derivará na incapacidade de adquirir recursos para prepará-los. Neste contexto, um programa de distribuição de botijões de gás, carvão e/ou eletrodomésticos pode ajudar a resolver as limitações para a preparação de comida, e assim garantir uma melhor qualidade nutricional.

Produto chave: programa de acesso a equipamento para cozinhar e aquecer.

Medida 18.

Capacitar operadores de linhas telefônicas de acompanhamento psicológico

O isolamento social obrigatório ocasiona um efeito na saúde mental das pessoas em confinamento, situação que se agrava ainda mais nos bairros populares devido ao déficit habitacional, às condições de superlotação e ao impacto produzido nas economias de algumas famílias. É importante que a partir do Estado sejam fornecidos ajuda e acompanhamento psicológico gratuito, que contribua para a assistência psicoemocional da população. A habilitação de uma linha telefônica gratuita com pessoal capacitada para a assistência é uma solução levada adiante por vários países. É o caso da cidade de Lima, Peru, onde a Prefeitura habilitou o serviço de orientação psicológica on-line Lima te Escucha, que ajuda os habitantes a tolerar o isolamento. Na Espanha, na localidade de Albacete, também foi posto em marcha um protocolo de assistência psicológica por telefone, levado adiante pelo Colégio Oficial de Psicologia de Castilla-La Mancha. Não obstante, é importante que o pessoal dedicado às atividades de apoio e de acompanhamento esteja preparado para atender habitantes de bairros populares, que além da situação de isolamento, enfrentam outras problemáticas derivadas do contexto de informalidade. Propõe-se capacitar os operadores de linhas telefônicas de atenção gratuita.

Produto chave: programa de capacitação para pessoal de assistência e contenção psicológica.



Figura 14. Serviço de assistência psicológica Lima te Escucha, implementado pela Prefeitura de Lima, Peru. Créditos: Prefeitura de Lima, Peru.

Medida 19.

Proteger a população vítima de dependências

O isolamento social imposto pela COVID-19 é uma situação atípica que impacta particularmente na população com problemas preexistentes, como é o consumo de narcóticos. Para atender a esta população é necessário implementar medidas que incluam de forma psicoemocional o processo de abstinência, forneçam asilo e assistência, levando em consideração, além disso que, na população habitante de bairros populares, o consumo soma-se a outras problemáticas derivadas do contexto de informalidade e da situação de vulnerabilidade. Na cidade do Rio de Janeiro, a prefeitura destinou uma parte do estádio que foi usado como hospital de campanha para instalar novas camas de cuidados intensivos, para, além disso, dar abrigo para pessoas dependentes químicas. Foram habilitados neste lugar dois refúgios para acolher famílias em situação de rua e pessoas com dependência química, onde são fornecidos alimentos, proteção e apoio.

Produto chave: programa de acompanhamento integral a pessoas com problemas de consumo ou em situação de abstinência.

Medida 20.

Prover sistemas de cuidado de crianças e idosos

Nos bairros populares, existe uma alta proporção de lares monoparentais. Em uma situação de possível contágio, que deve ser tratada com isolamento obrigatório que evite a propagação da COVID-19, deve-se estabelecer um sistema de cuidado que atenda a crianças e idosos cuja pessoa responsável deve realizar quarentenas ou ser atendida em um centro de saúde. Os programas, no interior dos bairros populares, estabelecem redes de cuidados, que com a correspondente autorização podem se deslocar, acompanhar e cuidar das famílias que estejam atravessando a doença causada pelo novo vírus. Isto demanda que sejam dadas autorizações de deslocamento especiais, assim como que sejam postos à disposição orçamentos que apoiem a rede de bairro.

Produto chave: sistema integral de apoio comunitário a lares monoparentais cujo chefe de família deva estar em isolamento.

Medida 21.

Fornecer instrumentos de proteção diante do vírus

A situação de vulnerabilidade que a COVID-19 ocasiona nos bairros populares também está vinculada ao acesso à infraestrutura de água e saneamento, apropriada para que seja possível realizar as recomendações estabelecidas para controlar a propagação do vírus. Em várias cidades da América Latina, é obrigatória a utilização de máscaras que cubram a boca e o nariz para circular pela via pública. Torna-se necessário criar programas que possam levar aos territórios mais precários insumos de proteção como máscaras, álcool em gel e luvas de látex, entre outros. Por exemplo, na cidade de Montevidéu, Uruguai, a organização "Techo Uruguay" lançou uma campanha para angariar fundos e poder distribuir kits sanitários nos assentamentos informais da cidade. A cesta está composta por sabão líquido de mãos, álcool em gel, lenços descartáveis e solução de hipoclorito de sódio. Além disso, está acompanhada por material de difusão com as recomendações de higiene da Organização Mundial da Saúde. As cidades de Niterói e o Rio de Janeiro, no Brasil, também tomaram medidas neste sentido, distribuindo cestas, máscaras e kits de higiene nos bairros mais vulneráveis.

Produto chave: programa de distribuição de equipamento de proteção pessoal diante da COVID-19.



Figura 15. Profissionais da saúde do Programa Médico de Família, da prefeitura da cidade de Niterói, entregam porta a porta kits de higiene para famílias do bairro Morro do Estado. Créditos: Prefeitura de Niterói.

CONECTAR

Um ponto chave para limitar a circulação nos bairros e permitir o funcionamento e a comunicação entre os vizinhos. Nos assentamentos informais, 72% das crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos) não contam com um celular próprio²⁰. Enquanto que estes números caem a 54% para o nível socioeconômico médio (e 43% no alto). Além disso, de acordo com a mesma fonte, 55% das crianças não costumam usar internet em assentamentos, enquanto que no nível socioeconômico médio somente 32 % não o faz (e 13 % no alto). Igualmente, os jovens dos lares mais pobres têm menos probabilidades de ter acesso a um computador e de adquirir habilidades digitais que seus pares dos lares mais ricos (INTAL 2017²¹; OECD 2017²²; Galperin, Cruces, Greppi 2017). Conforme uma análise da OECD (2017)²³, baseada em dados do Instituto Nacional de Estatística e Censo da Argentina, o acesso à internet é de 47 % para lares sem antecedentes educativos (94% para o segmento de maior nível de educação). Para isto é importante conectar as pessoas digitalmente para gerar informação, comunicação, educação e trabalho no lar.

Medida 22.

Entregar dispositivos de internet móvel para melhorar a conectividade digital dos lares

Uma solução rápida para garantir a conectividade nos lares é entregar dispositivos de internet móvel com os quais os residentes possam conectar os seus celulares à rede. Isto pode diminuir o custo que as famílias têm que enfrentar para permanecer conectadas e reduzir a sua necessidade de circulação. Isto foi aplicado na iniciativa "Atalaya Sur", inserida no Projeto Comunidade, com o objetivo da apropriação tecnológica e da redução da exclusão digital, que impulsionou a criação de uma rede comunitária de conectividade. Trata-se de uma rede Wi-Fi desenvolvida através de um processo colaborativo, que graças a uma solução técnica combinando fibra óptica e radiofrequência, conseguiu estender a cobertura das principais ruas do assentamento no qual moram aproximadamente 30 mil pessoas, na Villa 20, Cidade de Buenos Aires²⁴.

Produto chave: distribuição de dispositivos de internet móvel para os lares.

20. Tuñón I., "(In)equidades en el ejercicio de los derechos de niñas y niños. Derechos humanos y sociales en el período 2010-2017". Série EDSA Agenda para a Equidade (2017-2025), Observatório da Dívida Social Argentina, (Fundación Universidade Católica Argentina, 2018). - 21. INTAL, Compás millennial: la generación Y en la era de la integración 4.0, Ana Inés Basco, Marita Carballo; editoras. (Nota técnica do BID; 1283). - 22. Galperin, Hernan e Cruces, Guillermo e Greppi, Catrihel, Gender Interactions in Wage Bargaining: Evidence from an Online Field Experiment (2017), <https://ssrn.com/abstract=3056508> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3056508>. - 23. OECD, Revisión del gobierno digital en Argentina. Acelerando la digitalización del sector público (2017). - 24. Mais informação em: <http://www.proyectocomunidad.com/atalaya-sur/> - <http://www.villa20.org.ar/>

Medida 23.

Instalar pontos de conectividade segura nos espaços públicos

Muitos dos moradores não têm acesso à internet e a restrição de circulação inevitavelmente deixa-os desconectados. Para isto, é importante localizar pontos de conectividade segura em espaços públicos onde se possa ter acesso a serviços de telefonia e internet, seguindo protocolos de não proximidade na ocupação do espaço público. Isto foi provado em acampamentos de migrantes. Em Ruanda, foi desenvolvido o Quiosque Solar Móvel, um sistema integrado para a recarga de pequenos dispositivos eletrônicos utilizando energia solar. Permite carregar a bateria de 20 aparelhos simultaneamente e 60 equipamentos por dia. Em alguns destes casos, também é fornecido serviço de wi-fi através de mochilas que emitem o sinal necessário²⁵. Outro exemplo são as estações de recarga e wi-fi desenvolvidas pela NetHope. Além do acesso à internet, nestas estações, compartilha-se material de informação e são proporcionados kits de conectividade para organizações sem fins lucrativos que estejam colaborando com outras áreas²⁶.

Produto chave: distribuição de dispositivos de internet móvel para espaços públicos.



25. Mais informação em: <http://www.a-r-e-d.com>.

26. Mais informação em: <http://media.ifrc.org/global-review-on-migration/smart-practice/charging-and-wi-fi-stations-for-migrants-along-trails-europe/>

Figura 16. Um grande número de moradores costuma ter acesso à Internet 3G/4G nos seus celulares porém não nas suas casas, por isto vêm-se obrigados a sair para recarregar o seu saldo para continuar conectados. Dispositivos como o Quiosque Solar Móvel podem ser uma alternativa para os serviços pré-pagos de alto custo, permitindo que os moradores possam se conectar em espaços públicos. Crédito: ARED

Medida 24.

Fornecer computadores para ter acesso a material educativo disponibilizado online

A situação de emergência sanitária evidenciou a importância de contar com infraestrutura tecnológica e conectividade à internet. Não obstante, a virtualização das atividades da vida cotidiana, entre elas as atividades educativas, exclui muitas crianças e jovens habitantes de bairros populares, que não possuem computadores nem acesso à internet, o que ocasiona mais iniquidade. Diante desta situação, e frente à possibilidade de que o período de isolamento seja aumentado e impacte fortemente nos níveis de evasão escolar, é importante garantir a educação e o acesso a material online para a formação e lazer no contexto de isolamento social, onde as escolas permanecem fechadas. Propõe-se distribuir computadores nos lares com crianças e adolescentes em período escolar.

Produto chave: programa de digitalização da população em idade escolar que mora em bairros populares.



Figura 17. Entrega de computadores a estudantes em idade escolar na Argentina, programa Conectar Igualdade, 2011. Créditos: Agência de Notícias Argentinas.

CONTROLAR

À diferença da cidade formal, o isolamento total é dificilmente praticável nos bairros informais, por isto é essencial buscar medidas estratégicas que permitam controlar o fluxo de circulação nos bairros através da atenção do lar e na “etapabilização” dos focos de aglomeração.



Figura 18. Voluntários distribuem alimentos no Bairro El Chorrillo da Cidade de Panamá, como resposta à necessidade de fazer com que chegue alimentos aos setores marginalizados. Crédito: Luis Acosta AFP

Medida 25.

Aproximar comércios aos lares dos moradores

Em coordenação com os líderes comunitários, é possível trabalhar com os pequenos comércios para definir áreas de atenção e de distribuição no interior dos bairros, conseguindo que os bens cheguem até as casas dos moradores e não que estes tenham que se deslocar por eles. O caso de Carteiro Amigo poderia ser tido como referência, um serviço de correio comunitário com mapeamento algorítmico, utilizado nas favelas do Rio de Janeiro. As famílias inscrevem-se no serviço e com isto são criados um endereço e um número de identificação para realizar entregas e coleta de correio e pacotes diretamente a domicílio, em contextos informais com tramas urbanas orgânicas, ruas comumente sem nome e/ou números sem sequências lógicas²⁷.

Produto chave: plano de distribuição de comércios por setores.

Medida 26.

Aproximar serviços sociais ao bairro

É importante também minimizar a circulação de moradores na busca de serviços sociais e assistenciais. Para isto é possível trabalhar com o mapa de blocos críticos para localizar pontos de informação e prestação de serviços sociais em localizações estratégicas. Para geolocalizar diversas tendências, preocupações e prioridades dos cidadãos foi útil a iniciativa de Pulse Lab Jakarta, que através da análise em tempo real e da big data, utiliza conjuntos de dados extraídos das comunicações móveis, redes sociais e informação obtida de sistemas de reclamações a nível subnacional²⁸. Também é interessante o programa O Estado no Teu Bairro, do Ministério de Desenvolvimento Social da Argentina, que aproxima os serviços do Estado aos bairros em estruturas temporárias.

Produto chave: plano de localização de prestadores de serviços sociais.

Medida 27.

Ampliar o perímetro de isolamento social aos quarteirões ou blocos

Diante do déficit qualitativo das moradias dos bairros e das condições de superlotação nos lares, para muitos habitantes cumprir com a recomendação de #FiqueEmCasa termina sendo muito difícil. Os espaços reduzidos e a falta de ambientes fazem com que a vida cotidiana da população dos bairros populares aconteça mais no exterior que no interior dos lares. Diante desta falta de conforto mínimo para cumprir com o confinamento, propõe-se estender o perímetro de isolamento social a quarteirões ou blocos dentro de cada bairro. A medida permitirá que as comunidades não percam os laços de cuidado que usualmente utilizam, ao mesmo tempo que protegem as pessoas do contágio da COVID-19 ao limitar a sua circulação em quarteirões ou blocos próximos.

Produto chave: ampliação do perímetro de isolamento da casa ao quarteirão.

27. Mais informação em: <http://www.carteiroamigo.com.br/> - 28. Mais informação em: <https://pulselabjakarta.org/>

—

EIXOS
DE AÇÃO E
MEDIDAS
FUNDAMENTAIS
PARA A
RECUPERAÇÃO
DOS BAIRROS
POPULARES
LOGO APÓS A
COVID-19



Para atender os impactos da COVID-19 em longo prazo e encarar o processo de recuperação dos bairros populares, são propostas uma série de medidas vinculadas à reativação econômica, à capacitação para uma nova inserção no mercado de trabalho após a crise sanitária e à melhoria das condições estruturais habitacionais, dos espaços públicos e de equipamento comunitário.

As medidas para enfrentar a recuperação dos setores que habitam os bairros populares estão organizadas em eixos estratégicos relevantes em um contexto de pós-crise, no qual as consequências do isolamento social demandarão uma reativação econômica, uma reconfiguração do mercado de trabalho e também uma força de trabalho que conte com capacidades para se adaptar às novas condições.

REATIVAR

Em contextos de isolamento, os recursos econômicos e a renda da cidade informal serão prejudicados e isto estará refletido claramente no consumo interno de bens e serviços, e, conseqüentemente, também na economia do bairro. Para enfrentar esta situação, é fundamental pensar em mecanismos de injeção de recursos em comércios de pequeno e médio porte, que provavelmente serão os mais atingidos.



Figura 19. É fundamental para o período de recuperação gerar novos sistemas de financiamento para pessoas de baixa renda. A partir da Coalizão Asiática para Ação Comunitária são impulsionados programas em distintas comunidades que permitem financiar desde a construção de moradias até a melhoria das infraestruturas de bairros pobres. Crédito: Asian Coalition for Community Action

Medida 1.

Implementação de fundos para projetos de iniciativa comunitária

É fundamental apoiar as comunidades para que desenvolvam os projetos que cada bairro requer no período de recuperação, e de acordo com a sua peculiaridade. A disponibilização de financiamento não reembolsável, o fornecimento de empréstimos ou a gestão de recursos podem ser grandes fomentadores das comunidades, no período de reativação, para realizar projetos comunitários de infraestrutura ou habitacionais. O Asian Coalition for Community Action é um exemplo de como isto pode funcionar em mais de 19 países. Outra opção é a criação de uma reserva econômica que conceda empréstimos com retorno social, isto é, com retorno associado a uma contraprestação social, para pessoas que decidam começar um novo empreendimento, seja por conhecimento de uma atividade específica ou com foco nas novas oportunidades que sejam abertas frente à COVID-19.

Produto chave: fundo não reembolsável para o financiamento de projetos comunitários.

Medida 2.

Incubação e fortalecimento de novos empreendimentos

Com o objetivo de acompanhar um grupo de empreendimentos do mesmo ramo, ou de um mercado específico, é possível desenvolver uma estratégia que acompanhe a incubação e aceleração, com especial foco em processos de incubação popular. A estratégia deverá incluir o acompanhamento técnico, capacitações e assessoramento para a criação e realização de novos empreendimentos individuais ou associativos, para gerar atividades econômicas no bairro e em outros mercados externos, com especial ênfase nas oportunidades de mercado que possam surgir no momento da recuperação da crise da COVID-19.

Produto chave: programa de acompanhamento ao ecossistema empreendedor dos bairros populares.

Medida 3.

Fornecer assistência técnica e financeira para a recuperação de unidades produtivas

Os bairros costumam ter um tecido econômico rico e dinâmico centrado no comércio, na produção e no fornecimento de serviços. Para reativar estas unidades produtivas é possível amparar diretamente mediante programas específicos ou articular com outros programas existentes na cidade formal, que ofereçam assistência técnica e facilidades financeiras que concedam certa liquidez para iniciar de novo a atividade.

Produto chave: programa de assistência técnica e financeira para a reativação da economia do bairro.

Medida 4.

Fornecimento de serviços essenciais não alimentícios

Para aqueles bens e serviços não alimentícios que sejam identificados como prioritários ou que tenham um peso importante nas despesas familiares, podem ser feitos convênios diretos com as grandes empresas fornecedoras, por exemplo, companhias telefônicas ou de materiais de construção, para que possam desenvolver operativos comerciais nos mercados do bairro com preços diretos ao consumidor, e inclusive seria possível subsidiar parte do mesmo com diferentes recursos, pelo menos durante o período de recuperação diante da crise.

Produto chave: cesta de serviços essenciais com preços acessíveis.



Figura 20. Estudante da rede municipal de educação recebendo o cartão para a compra de alimentos da cesta básica no Rio de Janeiro. Créditos: Prefeitura do Rio de Janeiro.

Medida 5.

Promoção da digitalização bancária e comercial

A crise da COVID-19 manifesta a falta de digitalização bancária e comercial que existe em vários países da América Latina. Esta situação torna-se ainda mais difícil nos assentamentos informais, onde a maioria da população está excluída do setor financeiro devido à prevalência de atividades e trabalhos informais. O contexto de crise se apresenta como uma janela de oportunidade para a digitalização das transações.

É necessário gerar processos de alfabetização digital e inclusão financeira para que a população vulnerável tenha acesso à digitalização comercial. A instalação de caixas eletrônicos nos bairros, a digitalização de pagamentos e a promoção do uso de bancos digitais e fintechs são algumas medidas que podem ser feitas para incentivar a digitalização comercial. Por exemplo, a Prefeitura do Rio de Janeiro, a partir da emergência, pôs em andamento um programa de distribuição de cartões de débito para a compra de produtos da cesta básica, que teve como destinatários estudantes do sistema escolar municipal, com prioridade para os bairros mais vulneráveis.

Os cartões Cesta Básica são entregues carregados com um valor de 100 reais para a aquisição de alimentos durante o período de isolamento e suspensão das atividades escolares. O governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, através do programa Ciudadania Portenha Com Todo o Direito, entrega um subsídio através de um cartão pré-pago, que pode ser utilizado para a aquisição de alimentos, produtos de limpeza, higiene pessoal, materiais escolares e combustível para cozinhar²⁹. Outro exemplo é um projeto que está sendo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento em conjunto com a ONG Bitcoin Argentina, que busca dar identidade digital aos cidadãos através da tecnologia blockchain, para promover a inclusão financeira dos moradores de bairros vulneráveis da área Metropolitana de Buenos Aires³⁰.

Produto chave: programa para a digitalização bancária e comercial dos bairros populares.

29. Mais informação: <https://www.buenosaires.gov.ar/desarrollohumanoyhabitat/ciudadaniaportena/ciudadania-portena-con-todo-derecho> - 30. Mais informação: <https://www.iproup.com/innovacion/9808-labitconf-montevideo-uruguay-banco-interamericano-ONG-creo-una-plataforma-de-inclusion-financiera-para-barrios-vulnerables>

CAPACITAR

O retorno à normalidade será progressivo, do mesmo modo que a reativação econômica e escolar. O período de recuperação é uma oportunidade para capacitar as pessoas dos bairros desenvolvendo produtos que sejam úteis durante a etapa de reativação; enquanto que também é possível trabalhar com os alunos cuja permanência escolar tenha tido um impacto negativo como consequência do período de isolamento.



Figura 21. A capacitação de estudantes universitários como monitores permite dar continuidade às atividades escolares e apoio aos e às estudantes que ficaram impossibilitados de continuar com os seus estudos. Crédito: Centre for Social Justice

Medida 6.

Fortalecimento de atividades educativas para estudantes que ficaram defasados

O fechamento dos centros educacionais, junto à falta de conectividade digital nos lares e a incapacidade de dar seguimento às matérias em casa, fará com que muitos jovens apresentem rejeição aos seus estudos, desliguem-se destes e inclusive entrem em deserção escolar. Para apoiar os estudantes mais prejudicados é possível trabalhar com modelos de tutoria (com tutor ou entre colegas) nos centros ou em casa. Isto foi realizado no Projecte Rossinyol³¹, um programa de monitoramento intercultural de jovens na Espanha. O seu objetivo é a integração socioeducativa mediante (i) a redução das taxas de abandono escolar, (ii) o aumento de confiança dos estudantes e (iii) o melhoramento do nível educacional. Para isto, estudantes universitários são capacitados como monitores e têm a responsabilidade de acompanhar adolescentes em condições de desvantagem para lhes oferecer oportunidades culturais, educativas e sociais³².

Produto chave: programa de acompanhamento e monitoria educativa para crianças e adolescentes.

Medida 7.

Capacitação de residentes em novas especialidades derivadas da crise

Uma vez passada a emergência, o processo de controle e recuperação da epidemia será longo e vai requerer habilidades relacionadas com as novas necessidades. Profissões relacionadas com comunicação, atenção sanitária, monitoramento de protocolos ou aspectos de logística podem ser reforçadas nos bairros mediante programas de capacitação. Os mesmos podem incluir especialmente a população do bairro que se encontre desempregada e em busca de trabalho.

Produto chave: programa de capacitação para cobrir novas demandas de trabalho.

Medida 8.

Participação de trabalhadores do bairro nos mercados de vizinhança

Naqueles bairros onde se consiga instalar um mercado de vizinhança, é possível convocar empreendedores do lugar que se dediquem a vender produtos de gastronomia, como, por exemplo, padaria e rotisseria, para que possam gerar renda. Por sua vez, poderiam ser convocados a trabalhar alguns moradores do bairro para ajudar a que, no momento de desenvolvimento do mercado, sejam acatadas as medidas de segurança e higiene, entre outros requerimentos. O objetivo desta medida é fortalecer os empreendedores do bairro e lhes abrir novos mercados.

Produto chave: programa para a inserção de trabalhadores locais nos mercados do bairro e na atividade gastronômica.

31. Mais informação: <http://www.projecterossinyol.org/?lang=es> - 32. Mais informação: <http://www.projecterossinyol.org>



Figura 22. Inauguração do polo gastronômico no bairro Rodrigo Bueno em Buenos Aires, Argentina, impulsionado pelo Instituto de Habitação da Cidade de Buenos Aires. Trata-se de um conjunto de contêineres que foram transformados em postos de comida e bebida, atendidos por pessoas do bairro. Créditos: Diego Spivacow/AFV.

RECONFI- GURAR

No período de volta à normalidade, vai ser importante reacomodar os espaços que os bairros utilizam para permitir o funcionamento mediante infraestrutura temporária e espaços públicos saudáveis para reduzir os efeitos do isolamento sem expor as pessoas.



Figura 23. O Centro de Conferências e Exibições Internacional de Wuhan foi transformado em um espaço para o cuidado e isolamento dos infectados pela COVID-19 durante a pandemia. As soluções temporárias diante da emergência poderiam se transformar em infraestrutura permanente.
Crédito: Getty Images

Medida 9.

Reconfigurar infraestrutura temporária em soluções permanentes

Naqueles casos onde a infraestrutura temporária instalada durante a emergência tenha sido útil para o bairro, pode-se considerar transformá-la em infraestrutura permanente mediante a construção local para lhe dar o mesmo uso para o qual foi criada ou um diferente que a comunidade decida. Em alguns casos não se tratará de infraestrutura nova criada especialmente para atender a COVID-19, mas sim da modificação de usos de espaços existentes previamente, como, por exemplo, abrigos de isolamento, que podem se transformar em espaços de cuidado para crianças, que serão úteis para os lares monoparentais no processo de reinserção no trabalho.

Medida 10.

Reconfigurar espaços públicos

Durante a etapa de recuperação será necessário manter a distância de segurança, assim como outras medidas preventivas, questões que continuarão sendo importantes para evitar um novo surto da epidemia. Por isto, é especialmente importante adaptar os espaços públicos para tratar que sejam amplos, abertos e fáceis de limpar e manter.

Produto chave: plano de reconfiguração e financiamento de obras de melhoria em espaços públicos.

Medida 11.

Refuncionalização de espaços subutilizados para a produção de alimentos

O contexto de isolamento evidenciou a necessidade de contar com acesso a alimentos nutritivos em áreas próximas aos bairros. As hortas comunitárias podem ser uma ferramenta capaz de garantir o autoabastecimento das famílias a partir da produção de verduras, legumes e hortaliças, ricas em nutrientes para uma dieta saudável e integral. Ao mesmo tempo, as hortas compartilhadas podem ajudar a estreitar os laços comunitários. Estas iniciativas podem ser fortalecidas mediante a entrega de sementes e a habilitação de espaços subutilizados que possam ser aptos para semear, assim como a partir de capacitações em torno à organização e à produção.

Produto chave: programa de hortas comunitárias para a produção local de alimentos.

MITIGAR

O período de isolamento terá consequências nos bairros, para isto será importante pensar em mecanismos para mitigar os efeitos econômicos e psicológicos da crise nas famílias mais impactadas, através de soluções de médio prazo.



Figura 24. O programa Bogotá Solidária em Casa assistirá durante o período de quarentena a famílias provenientes de lares vulneráveis para que façam frente às suas despesas durante os dias de isolamento. Crédito: Carlos Ortega/EFE

Medida 12.

Financiar o aluguel por períodos de isolamento parcial

Embora a época de reativação possa ser uma oportunidade para se concentrar em melhorar as moradias em piores condições, aquelas famílias que morem em condições especialmente críticas, seja pela qualidade da residência, pela distribuição etária ou por situações de superlotação crítica, é possível que sejam relocadas em casas alugadas durante os períodos de isolamento parcial.

Produto chave: programa de acesso à moradia adequada mediante o financiamento de aluguel.

Medida 13.

Suspensão de despejos e proteção do direito à habitação

Nos assentamentos informais, o acesso à moradia costuma ser inseguro e as famílias enfrentam maiores riscos de despejo. As crises severas foram utilizadas como oportunidades para despejar inquilinos e é necessário evitar que isto aconteça durante a COVID-19. Em um contexto de redução da renda familiar, é vital implementar medidas como a suspensão de despejos e conceder subsídio de aluguéis para garantir que as famílias possam continuar morando nestes lugares, constituindo uma primeira linha de defesa diante dos riscos sanitários. Na Costa Rica, o protocolo de preparativos de reposta diante da COVID-19 em assentamentos informais prevê a reprogramação da execução de processos de despejo ou desocupação administrativa para a população, durante todo o tempo que a declaração de estado de emergência nacional for mantida. Na Argentina, esta medida foi levada adiante por decisão do Poder Executivo, mediante decreto, e continuará vigorando até setembro de 2020. Além disso, foi acompanhada pela decisão de congelar as prestações das hipotecas. Nos Estados Unidos, através do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano, foram suspensos os despejos e todas as execuções hipotecárias. Na Colômbia, esta medida continuará em vigor até dois meses após a conclusão do período de quarentena e isolamento social.

Produto chave: normativa que regule e re programe os processos de despejo por um período de, pelo menos, seis meses a partir de que seja suspensa a medida de isolamento.

Medida 14.

Apoio financeiro e alimentício

Uma das razões pelas quais as pessoas autoconstróem as suas casas em bairros informais é devido à falta de recursos econômicos estáveis, os quais muitas vezes provêm de trabalhos informais que não contam com auxílios sociais, como um seguro de desemprego quando a atividade econômica é paralisada. Em um cenário de quarentena e distanciamento social, as pessoas que trabalham por uma remuneração diária enfrentam-se a sair para trabalhar e pôr a sua saúde e a da sua comunidade em risco, ou não contar com recursos suficientes para comer.

Reconhecendo este risco social, a Prefeitura de Bogotá acionou o programa Bogotá Solidária em Casa, focado nas famílias de mais baixa renda, que realiza um depósito de dinheiro proveniente de recursos nacionais e da Prefeitura equivalente a U\$S 150 através de transferências monetárias (inclusive mediante telefones celulares), distribuição de bônus resgatáveis com cartões e subsídios em espécie, como a entrega de uma cesta familiar para a segurança alimentícia das famílias³³. Também foram ativados canais locais e nacionais de doações para que a cidadania, a sociedade civil e o setor privado possam apoiar as famílias que não têm suficientes recursos para se abastecer durante o período de crise sanitária³⁴.

Produto chave: bônus de apoio econômico e subsídios para a compra de alimentos.



Figura 25. O Cartão Alimentar é um reforço extraordinário fornecido pelo Ministério de Desenvolvimento Social da Nação Argentina, que permite garantir o acesso à alimentação nos setores mais vulneráveis. Crédito: Governo da Argentina

Medida 15.

Reativação das dinâmicas de troca

Os sistemas baseados na lógica da reciprocidade, da solidariedade e da autogestão desempenham um papel importante no acesso a bens e serviços na maioria dos bairros populares. Estas dinâmicas de trocas internas configuram eixos estruturantes do vínculo comunitário e são centrais para o seu funcionamento, complementando a economia tradicional. A quebra destas dinâmicas gerada pelo isolamento preventivo e outras medidas ditadas diante da COVID-19 impacta a vida dos habitantes, muitas vezes impedindo a possibilidade de satisfazer as suas necessidades básicas. É importante gerar dispositivos de reativação e conservação destas atividades primordiais mediante um sistema de venda local baseado na vizinhança e na confiança. O principal objetivo será dinamizar os mercados do bairro e as trocas sem depender do dinheiro tradicional. Outra opção é utilizar ferramentas digitais como o caso do programa Moeda PAR³⁵.

Produto chave: programa de incentivos à troca no marco de recuperação diante da COVID-19.

33. Mais informação: <http://www.sdp.gov.co/noticias/bogota-solidaria-casa-0> - 34. Mais informação: <https://bogotasolidariaencasa.gov.co/> <https://coronaviruscolombia.gov.co/Covid19/ayudar-nos-hace-bien.html> - 35. Mais informação: Ver <https://monedapar.com.ar/>

READE- QUAÇÃO

Como muitas estruturas serão construídas temporariamente para responder à emergência, é importante pensar em como essas infraestruturas serão readequadas com novos usos ou, talvez, como as moradias insalubres podem ser melhoradas para o período de isolamento parcial.



Figura 26. O caso do acampamento de refugiados na localidade de Kakuma, Nigéria, é um exemplo de adequação para a sua integração ao tecido urbano. Crédito: Reuters

Medida 16.

Readequação de espaços para distanciamento social e sanitário (criados durante a emergência) em equipamentos comunitários

Aquelas infraestruturas criadas durante a emergência como soluções temporárias para atenção sanitária ou para facilitar o isolamento social podem ser adequadas para que sejam integradas ao tecido urbano do bairro como elementos de equipamento comunitário.

Produto chave: centro de atenção sanitária de complexidade média e/o alta.

Medida 17.

Realizar melhoria de moradia para torná-las espaços saudáveis

Durante o período de recuperação, muitas pessoas em situação de risco deverão ainda manter o isolamento parcial. É chave que as moradias tenham iluminação e ventilação adequadas, para o que terão que pensar em mecanismos para realizar a melhoria de moradias de forma estratégica e com o apoio dos moradores.

Produto chave: programa de melhoria e construção de novas moradias em bairros populares.

OUTRAS MEDIDAS DE RECUPE- RAÇÃO

Medida 18.

Recuperação e fortalecimento do sistema de saúde

A crise sanitária ocasionada pela COVID-19 evidenciou, em muitos casos, a necessidade de contar com sistemas de saúde mais resilientes e acessíveis para aqueles que moram em assentamentos informais. Um sistema sólido diminui a vulnerabilidade e possibilita um maior grau de preparação para mitigar o impacto de qualquer crise. Por esta razão, adotando uma perspectiva de longo prazo, é necessário implementar políticas que melhorem as condições estruturais do sistema de saúde e garantam a atenção dos setores vulneráveis. Dentre estas medidas, encontram-se: a construção e readequação de hospitais e centros de atenção próximos aos bairros populares, a distribuição de insumos médicos e o aumento de pessoal de saúde. Um exemplo disto é fornecido pela estratégia de recuperação aplicada no Haiti³⁶ para reconstruir o sistema de saúde logo após o surto de cólera de 2010. Esta consistiu em uma ação conjunta entre o Ministério de Saúde e a OMS, que teve como objetivo o fortalecimento dos centros de atenção primária de saúde com a finalidade de garantir a atenção de saúde gratuita para os grupos mais vulneráveis do país.

Produto chave: estrutura sanitária próxima e acessível para os moradores dos bairros populares.

Medida 19.

Criação e execução de projetos comunitários para a recuperação

O diálogo e a participação ativa da comunidade ajudarão a fortalecer o processo de tomada de decisões e contribuirão para a maior eficácia das diferentes medidas para reativar e recuperar a vida e a economia dos bairros. É fundamental ter em consideração as necessidades e experiências dos moradores dos bairros informais durante a pandemia, assim como aquelas necessidades preexistentes. Isto é possível conseguir através de esforços colaborativos para a formulação e execução de projetos participativos de recuperação, que contemplem as problemáticas e desafios dos moradores dos bairros e que os incluam na busca e priorização de medidas de recuperação.

Produto chave: projeto participativo com proposta para a recuperação.

36. Mais informação: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=4609:2011-2010-ear-health-challenges-haiti&Itemid=135&lang=es

RESPOSTAS PARA A CIDADE INFORMAL: O QUE FAZEMOS ONDE AS RECOMENDAÇÕES NÃO FUNCIONAM?

Dia

16 de abril de 2020, de 19 a 20:15 hs (UTC-3)

Expositores

Alejandro Aravena

Arquiteto, Ganhador do Prêmio Pritzker 2016

Rahul Mehrotra

Decano da Faculdade de Design e Diretor do Departamento de Urbanismo e Planejamento da Universidade de Harvard.

Fernanda Miño

Moradora do Bairro Informal La Cava e Secretária de Integração Sócio-Urbana do Ministério de Desenvolvimento Territorial e Habitat da República Argentina.

Jaime Pumarejo

Prefeito de Barranquilla, Colômbia

Jorge Muñoz

Prefeito Metropolitano de Lima, Peru

Sebastião Bruno

Secretário de Infraestrutura, Habitação e Conservação do Rio de Janeiro, Brasil.

Moderadora

Tatiana Gallego Lizón

Chefe da Divisão Habitação e Desenvolvimento Urbano do Banco Interamericano de Desenvolvimento

WEBINAR
WEBINAR
WEBINAR
WEBINAR
WEBINAR
WEBINAR
WEBINAR
WEBINAR
WEBINAR
WEBINAR

TATIANA GALLEGO LIZÓN

Chefe da Divisão Habitação e Desenvolvimento Urbano
do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Contexto geral

A América Latina é considerada uma das regiões mais desiguais, onde 20% das pessoas vivem em assentamentos informais e ao redor de 50% encontram-se dentro da economia informal. No contexto de crise sanitária produzida pelo vírus causador da COVID-19, as medidas de isolamento estabelecidas não estão sendo fáceis de ser acatadas nos bairros populares devido ao seu hábitat precário. Igualmente, isolar-se, nestas circunstâncias, é difícil devido à superlotação dos lares, ao déficit de acesso à água potável que, em muitos casos, dificulta a limpeza pessoal e o manejo de resíduos, assim como aumenta os problemas de saneamento.

Os modelos epidemiológicos predizem que os impactos da COVID-19 vão ser especialmente altos na cidade informal e terão repercussões importantes na economia que afetarão particularmente os grupos mais vulneráveis, que dependem das suas atividades laborais, majoritariamente informais, para sustentar o seu consumo básico.

Adicionalmente, nos assentamentos informais concentram-se também uma parte importante de outras populações vulneráveis como os migrantes, mulheres chefes de família, pessoas com deficiência, indígenas, afrodescendentes, entre outros, que se verão afetados em maior grau por esta pandemia.

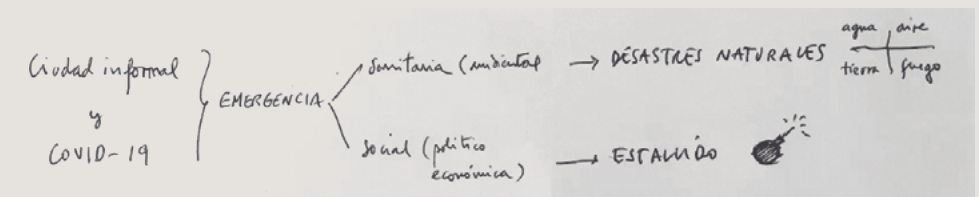
Dada esta situação, os tomadores de decisões podem avaliar mecanismos alternativos e respostas distintas para estas áreas e assim proteger os mais vulneráveis. Geralmente, alguns dos governos estão pensando em sistemas de transferência para cobrir as necessidades básicas das famílias derivadas da queda da renda e da atividade econômica, mas é também relevante pensar em termos de provisão de bens públicos e o acesso a recursos.

Neste contexto, o Banco Interamericano de Desenvolvimento propõe-se a realizar uma série de encontros virtuais que buscam analisar a gestão local durante a crise da COVID-19. O documento, a seguir, apresenta as notas recompiladas após as apresentações de seis especialistas que compartilharam as suas experiências em cidades da América Latina e do Caribe, com especial foco nos bairros informais. O evento teve como principal objetivo obter algumas respostas sobre o que fazemos onde as recomendações não funcionam.

ALEJANDRO ARAVENA

Arquiteto, Ganhador do Prêmio Pritzker 2016

Aravena observa que, no contexto da COVID-19, à situação de emergência mais óbvia como é a questão sanitária, soma-se uma segunda emergência social, política e econômica de magnitude global. A situação atual coloca-nos diante do dilema de definir quais problemáticas precisamos responder, a saúde ou a economia, como se ambas as coisas pudessem ser separadas ou desconectadas.



Webinar "Respostas para a cidade informal: O que fazemos onde as recomendações não funcionam?".
16 de abril de 2020. Expositor Alejandro Aravena

Aravena comenta que no Chile tiveram que responder a catástrofes naturais, incêndios florestais, inundações e terremotos, pelo que existe experiência em torno à gestão de catástrofes ou crise relacionada a três elementos: terra, fogo e água.

No entanto, o palestrante comenta que o Chile não conta com experiência em relação ao componente ar, e sem ar não há sobrevivência por mais de alguns minutos. A crise da COVID-19 está vinculada ao ar e tem manifestações muito complexas, como é a questão das fronteiras, porque o ar não tem limites manejáveis. Trata-se de uma ameaça invisível e ubíqua.

Aravena assinala que esta crise é a inexistência de ar entendido em relação à falta de espaço. Formula que, diante do pedido de permanecer nas casas, as condições das moradias nos assentamentos informais não o faz possível. As medidas de distanciamento, asseio e higiene, relativamente simples na cidade formal, são impossíveis de executar na cidade informal.

Aravena aponta que, na experiência italiana, por exemplo, pode-se ver a crise do ar em relação à contaminação, onde se conjugam dois fatores que agravam o problema: a idade populacional e a preexistência da contaminação. No caso dos bairros populares, agrega-se o problema da superlotação.

No Chile, no último ano, houve uma melhoria nas condições econômicas da sociedade, que teve como antecedente uma explosão social produto de um descontentamento geral. O legítimo descontentamento social e majoritário que gerou anarquismo. O anarquismo e populismo são uma ameaça na região, afirma Aravena.



Webinar "Respostas para a cidade informal: O que fazemos onde as recomendações não funcionam?".
16 de abril de 2020. Expositor Alejandro Aravena

ESTALIDO 

Legítimo descontento social

Anarquismo

Delincuencia (narcos)



Webinar "Respostas para a cidade informal: O que fazemos onde as recomendações não funcionam?".
16 de abril de 2020. Expositor Alejandro Aravena

O expositor diz que no Chile não foi possível antecipar a magnitude da explosão social. No entanto, também afirma que é importante não perder de vista a janela de oportunidade que representa não separar as ameaças de saúde da emergência econômica. É preciso aproveitar o contexto para transformar as nossas cidades, porque existe uma disposição da sociedade para aceitar medidas extraordinárias, que em circunstâncias normais são muito difíceis de tomar. É preciso saber aproveitar o contexto e vincular ambas as emergências.

Aravena afirma que hoje em dia, o encapuzado com máscara que há alguns meses era uma ameaça no Chile e que estava vinculado às ações de protesto e explosão social, tornou-se meses depois em uma solução e na forma de combater um problema. Então, o expositor propõe que esta é a oportunidade de introduzir distância ou porosidade, sem alterar a densidade nos bairros informais. É um bom momento para fazer uma dupla operação urbana.



Webinar "Respostas para a cidade informal: O que fazemos onde as recomendações não funcionam?".
16 de abril de 2020. Expositor Alejandro Aravena



Webinar "Respostas para a cidade informal: O que fazemos onde as recomendações não funcionam?".
16 de abril de 2020. Expositor Alejandro Aravena

Aravena assinala a necessidade de criar moradia porosa de maneira incremental, com um modelo no qual o Estado torna-se responsável pela estrutura, saúde e recursos básicos. Propõe o desenvolvimento de núcleos de serviços básicos, nos quais uma vez que se fornece a estrutura, a infraestrutura possa ser preenchida pelos moradores, ou pelo Estado, mas de forma gradual. Construir mais rápido com recursos focalizados.



Webinar "Respostas para a cidade informal: O que fazemos onde as recomendações não funcionam?".
16 de abril de 2020. Expositor Alejandro Aravena

O expositor estabelece que a COVID-19 é uma janela de oportunidade para entrar em um contexto que em outro modelo não poderíamos ter entrado, e assim descolar o legítimo descontentamento cidadão de outros componentes mais complexos, como a delinquência ou o narcotráfico.

Aravena retoma a ideia de Joan Clos de inverter o paradigma com o qual vinculamos o desenvolvimento econômico e a formação de uma boa cidade. Se construímos boas cidades, poderemos criar desenvolvimento. Para isto, é fundamental a coordenação, que é o recurso mais escasso, não o dinheiro. Caso se coordene corretamente, a própria construção dessa cidade para que seja mais sustentável, pode ser o sustento econômico que se necessita. Na medida em que exista um projeto adequado, com um sistema aberto (com participação cidadã) que escute as pessoas e canalize as suas demandas, chegaremos a um sistema horizontal e colaborativo.



Webinar "Respostas para a cidade informal: O que fazemos onde as recomendações não funcionam?".
16 de abril de 2020. Expositor Alejandro Aravena

Para finalizar, Aravena afirma que é necessário escutar os envolvidos e canalizar as necessidades. É preciso entender que todos os atores podem contribuir e melhorar as ações pelo bem comum, sem ser paternalistas (de cima para baixo), mas tampouco "culposos", isto é, evitando a ideia de que "as pessoas sabem, então é preciso fazer o que as pessoas dizem". É necessário um marco para canalizar estes saberes distintos.

RAHUL MEHROTRA

Decano da Faculdade de Design e Diretor do Departamento de Urbanismo e Planejamento da Universidade de Harvard

Reconhecido internacionalmente pelo seu papel como articulador de experiências e conhecimento proveniente de diferentes latitudes do hemisfério sul, especialmente em relação às condições de informalidade, Mehrotra propõe pensar a gestão da pandemia provocada pela COVID-19 nos bairros populares da América Latina a partir de estabelecer uma sequencialidade na implementação das medidas, com visões a curto, médio e longo prazo.

O expositor estabelece que no curto prazo é necessário pensar na salubridade como uma forma de infraestrutura, a partir de um enfoque mais holístico. Geralmente, esta questão é abordada de maneira fragmentada (água, esgotos, coleta de resíduos). Estamos frente a uma oportunidade para criar uma integração diferente, onde temos que entender que, caso esperemos que as pessoas lavem as suas mãos muitas vezes por dia, é necessário que tenham acesso à água e ao sistema sanitário.

A médio prazo, é preciso trabalhar para cobrir as necessidades básicas das pessoas em relação ao seu hábitat e aos seus meios de subsistência. Este contexto de crise sanitária fez com que pudéssemos entender que existem duas grandes oportunidades. Por um lado, a conectividade digital, como uma grande porta de acesso a uma melhor qualidade de vida.

Por outro lado, existe outra grande oportunidade nas moradias em si, e nos seus processos de construção. As pessoas que não têm casa não sobrevivem. Hoje, vemos o caso dos milhares de migrantes na Índia, que não têm casa própria. Entender esta importância dos lares é determinante. Esta é uma oportunidade para que a criação dos lares seja um direito fundamental. O expositor propõe que, se a esta ideia de construir a moradia como um direito fundamental, somamos a conectividade, vamos chegar a bom porto.

Por último, no que se refere ao longo prazo, Mehrotra afirma que devemos repensar o solo urbano, e deixar de ver o problema no curto prazo, é preciso pensar o futuro e repensar como é possível organizar e planejar a cidade.

Os problemas dos assentamentos informais não recaem apenas nos assentamentos. É necessário fornecer terras com infraestrutura de serviços que ajudem a fornecer moradias adequadas, não só acessíveis economicamente, mas que se desenvolva o sistema urbano e sejam criadas novas formas de emprego.

É fundamental que entendamos que os sistemas urbanos têm que ser resilientes. Com resiliência estamos acostumados a referirmos à mudança climática, mas esta crise sanitária faz com que pensemos a resiliência de outra forma. Caso usemos esta oportunidade para reorquestrar o sistema urbano, a habitação é crítica para repensar a cidade. A orquestração da habitação é fundamental, é preciso

usá-la de forma estratégica, como incentivo criativo para reformar a paisagem urbana; reimaginar a tipologia habitacional, porque somos míopes na nossa imaginação para pensá-la.

Por último, entender este momento a partir da resiliência também significará que questões como a densidade e as cidades compactas, que melhoram o acesso a bens e serviços (por exemplo: acesso a lugares de trabalho, lugares de lazer, saúde e educação, entre outros), vão ter que ser revisadas e ser interpeladas por novas formas de trabalho, novas formas de educação e lazer.

JAI ME PUMAREJO

Prefeito de Barranquilla, Colômbia

Pumarejo afirma que um dos maiores desafios neste contexto de crise, consequência do vírus causador da COVID-19, é dizer para as pessoas que se isolem quando não têm os recursos para fazê-lo. Esta situação agrava-se mais ainda quando o Estado não tem registros de que estas pessoas estão vivendo nestas condições, como é o caso dos migrantes venezuelanos que moram nos bairros populares em Barranquilla.

Em um contexto de altos níveis de migração, o expositor assinala que o impacto da migração venezuelana na cidade foi alto e que aumentou os níveis de pobreza. Neste ponto, existem dois tipos de pobreza, a monetária e a absoluta.

A pobreza absoluta avoluma-se com o aparecimento da COVID-19, e como consequência da situação social de vulnerabilidade sócio-habitacional.

Diante desta situação, Pumarejo propõe que a cidade está utilizando os números do último censo (2019) e os níveis de pobreza multidimensional, conforme o qual 150 mil famílias vivem em lugares que compartilham com outras seis ou sete famílias. Em termos de medidas, o expositor apresenta as brigadas implementadas para levar auxílios alimentares a partir das rotas utilizadas pelos serviços públicos. Mediante este programa serão entregues, durante os próximos dois meses, alimentos a mais de 360 mil famílias através de um sistema de distribuição casa por casa.

Igualmente, a cidade de Barranquilla encontra-se avançando na dotação do hospital de campanha de Barranquilla, que funcionará no centro de eventos Puerta de Oro, para a atenção de pessoas afetadas pela COVID-19.

Além disso, outra das soluções foi conceder empréstimos flexíveis independentes, linhas de micro-impréstimos para que as pessoas possam ter acesso a ferramentas, materiais e matérias primas necessárias para trabalhar e empreender uma vez que se termine o isolamento social obrigatório.

O expositor ressalta que a crise produzida pela COVID-19 permitiu avançar em questões que levavam muitos anos de debate, como o transporte público intermunicipal, que necessitavam ser resolvidas rapidamente para dar resposta frente à pandemia. Neste sentido, Pumarejo entende que as aprendizagens da crise vão modificar a maneira como as cidades administram e tomam decisões.

Por último, assinala que a crise evidenciou que o trabalho remoto é uma opção real, que às vezes trabalhamos mais em casa que no escritório, e, portanto, a pressão nos sistemas fixos e de transporte, por exemplo, podem ser reduzidas. Podemos planejar uma cidade muito mais interessante, com metodologias flexíveis que reduzam o impacto no ambiente e que estejam baseadas no trabalho remoto.

JORGE MUÑOZ

Prefeito Metropolitano de Lima, Peru

Lima é uma cidade com mais de 10 milhões de habitantes, com grandes níveis de iniquidade e muitíssimas necessidades, que viu-se alterada após o aparecimento do paciente zero no dia 6 de março. No entanto, neste contexto Muñoz propõe que a COVID-19 em si é o risco imediato, mas terá um impacto prolongado e em diferentes esferas da sociedade.

Lima está no centro do país e tem muitas vulnerabilidades, pois encontra-se dentro do cinturão de Fogo do Pacífico, tem muitos terremotos e sempre está sujeita às consequências da mudança climática.

Por outro lado, em Lima 70 % da economia é informal. Esta cifra é alta em termos comparativos com a região latino-americana e se vê impactada particularmente pela situação de isolamento social imposta, e pelo toque de recolher estabelecido na cidade entre as 18 e as 4 horas.

O trabalho informal e o pagamento diário nesta situação de lockdown (confinamento) aumentam as necessidades, pelo qual Muñoz assinala que foi criada uma série de mercados itinerantes com preços atacadistas subsidiados para aproximar cestas de produtos com porções alimentícias diretamente aos lares, e evitar também a superlotação nos mercados. Com o objetivo de ofertar facilidades e aproximar os alimentos de primeira necessidade do Grande Mercado Atacadista de Lima aos mercados varejistas da cidade, o prefeito de Lima implementou três pontos de abastecimento descentralizados de bens de primeira necessidade para populações vulneráveis, desta maneira foi implementado o primeiro ponto de abastecimento descentralizado, o qual fornece alimentos para mais de 100

mercados varejistas do distrito de San Juan de Lurigancho, que beneficia a aproximadamente 390 mil famílias de Lima leste. Em seguida, foi implementado o segundo ponto de abastecimento descentralizado, o qual fornece alimentos a mais de 45 mercados varejistas do distrito de Villa El Salvador, e beneficia a mais de 80 mil famílias de Lima sul. Igualmente, foi implementado um terceiro ponto de abastecimento descentralizado, que aproximará alimentos de primeira necessidade aos mais de 47 centros varejistas do distrito de Comas, em assistência a aproximadamente 100 mil famílias de Lima norte.

Outra medida foi um sistema de distribuição de equipamento de biossegurança casa por casa. Os funcionários municipais distribuem diariamente 50 porções de almoços e víveres para adultos idosos, mulheres grávidas, crianças e pessoas com deficiência das áreas vulneráveis, inscritos no Programa de Complementação Alimentar da comunidade. Do mesmo modo, a Prefeitura de Lima entregou alimentos e produtos de primeira necessidade para grupos vulneráveis em assentamentos humanos, que ajuda a mais de 110 famílias.

O toque de recolher também levou a visibilizar a população indigente e sem teto, para a qual foi organizado, junto com um grupo de profissionais e hospitais solidários, um abrigo na Praça de Toro, "A casa de todos", com capacidade para 120 pessoas em situação de rua. Uma equipe multidisciplinar formada por especialistas da Prefeitura de Lima é a responsável pelo deslocamento das pessoas, de recebê-las, de registrar os seus dados e realizar uma avaliação integral de cada pessoa, a qual inclui um teste e descarte de contágio da COVID-19. No centro de acolhimento, são oferecidas três refeições diárias e passatempos, com o objetivo de evitar que as pessoas sejam contagiadas e se convertam em transmissoras do vírus.

A longo prazo, Muñoz afirma que estão pensando na Casa de Todos do futuro, para poder abrigar esta população logo após que passe o vírus. Trata-se de pessoas que têm muitas carências, com dependências químicas e síndromes de abstinência, pelo qual se converteu em uma experiência interessante que despertou o entendimento do governo da cidade para pensar alternativas e soluções estruturais.

Nesta mesma linha, o expositor ressalta que inauguraram uma casa refúgio para mulheres vítimas de violência dentro do período de quarentena, devido a que se encontraram com um aumento de casos de violência familiar e tentativas de feminicídios.

Também, a Prefeitura de Lima iniciou um conjunto de ações orientadas a reforçar e garantir o abastecimento de água potável para as populações que mais o requerem na capital, garantindo desta forma o acesso a um recurso que é vital e fundamental na luta contra a propagação do novo vírus. Atualmente, abastece de água potável a distintas zonas da cidade. A entrega de água é realizada de maneira coordenada com cada governo local, e foram estabelecidas datas e horários para o abastecimento. Um caminhão pipa de 9 mil galões de água abastece cada distrito, mediante duas viagens por dia, beneficiando a mais de 500 famílias diariamente por distrito.

No que diz respeito à atenção sanitária, Muñoz conta que quando começou a emergência pela COVID-19, existiam apenas 220 camas com respiradores em unidades de tratamento intensivo, e que a situação está fora de controle pois já existem 12 mil casos e 1.277 pacientes internados.

Por último, Muñoz afirma que a crise provocada pela COVID-19 produziu uma revisão das tarefas e da infraestrutura disponível no Peru, principalmente, no que se refere à saúde e à educação. Deve-se passar da emergência à recuperação, para olhar para o futuro e planejar o desenvolvimento da cidade.

SEBASTIÃO BRUNO

Secretário de Infraestrutura, Habitação e Conservação do Rio de Janeiro, Brasil

O Rio é uma cidade que tem uma topografia muito difícil, onde a problemática dos assentamentos populares é grande. Na cidade, existem 1.600.000 pessoas que vivem em favelas. Frente a esta situação, Bruno formula a preocupação da Prefeitura do Rio pela situação das famílias, pelo que começou a tomar medidas como a relocação de pessoas em situação de risco (maiores de 65 anos, com algumas comorbidades, com doenças crônicas, entre outras) a hotéis localizados na zona sul da cidade.

No marco da crise produzida pela COVID-19, Bruno ressalta que a Prefeitura da cidade estabeleceu um gabinete de crise, coordenado pelo prefeito e onde participam todos os membros da Secretaria. Este gabinete reúne-se por videoconferência dia sim dia não para avaliar medidas.

Do mesmo modo, o expositor afirma que a cidade do Rio de Janeiro encontra-se organizando hospitais de campanha que possam estar prontos no curto prazo e que ampliem o número de camas disponíveis para a atenção sanitária. O hospital será construído em 25 dias, em um estádio localizado ao leste da cidade e será o maior do estado, com mais de 500 leitos e salas de atenção.

Paralelamente, a cidade está trabalhando junto ao BID na construção de unidades habitacionais destinadas a comunidades de risco.

Por outro lado, o expositor conta que a prefeitura do Rio de Janeiro também está distribuindo centenas de cestas básicas para as famílias de baixa renda, que estão sendo impactadas pela crise econômica gerada pelo isolamento social e preventivo. Estas cestas básicas também são distribuídas em alguns setores que sofrem muito o impacto econômico do isolamento, como taxistas, caminhoneiros e vendedores ambulantes, etc.

Bruno assinala que outra ação mitigadora implementada no Rio de Janeiro foi acolher as famílias em situação de rua e os dependentes químicos. Na cidade, existe um estádio grande que é usado durante a época de carnaval, que foi recondicionado como abrigo para estas populações.

Por último, o expositor afirma que a cidade do Rio de Janeiro tentará flexibilizar estas ações, mas não até que a curva de contágios não deixe de crescer. Quando a curva diminuir, serão flexibilizadas as atividades pouco a pouco com o objetivo de minimizar os impactos.

FERNANDA MIÑO

Secretária de Integração Sócio-Urbana do Ministério de Desenvolvimento Territorial e Habitat da República Argentina

A expositora afirma que o contexto de crise produzida pela COVID-19 gera uma oportunidade para repensar a situação dos bairros populares nos quais as soluções tradicionais não funcionam. No entanto, é importante entender que o debate da moradia digna e do habitat adequado excede a conjuntura que estamos vivendo. Nos bairros populares, vive-se em uma contínua pandemia, como consequência da violação cotidiana dos direitos daqueles os habitam, a falta de recursos básicos e a superlotação. Diante disto, Miño propõe que primeiro os vizinhos e as vizinhas dos bairros populares devem desnaturalizar a situação de habitat violado e pobreza no qual se encontram, para assim poder começar a agir. Quando as pessoas estão em um lugar de violação de direitos, naturalizam a condição na qual vivem. Mas quando desnaturalizam a condição de pobreza, começam a agir.

Por outro lado, Miño também afirma que não basta trabalhar a problemática dos bairros populares de dentro com os vizinhos e as vizinhas, ou com as organizações sociais, mas que é necessário compartilhar a responsabilidade com o Estado. É importante poder levar a todos os lugares de decisão o debate sobre os bairros populares. Não basta abordá-lo a partir do espaço de luta, é preciso entender a problemática e a responsabilidade que o Estado tem. Somente quando o debate é compartilhado, as soluções são encontradas mediante distintas formas de abordagem e diferentes visões.

Em relação à participação da comunidade no processo de tomada de decisão, a expositora propõe que as organizações, geralmente, aparecem como um ator externo ao bairro, que chegam com uma forma de trabalho que não condiz com as formas de trabalho que os vizinhos e as vizinhas têm. Neste ponto, é importante escutar aqueles que moram nos bairros, porque as medidas que têm sucesso são aquelas que os envolvem nos seus processos.

Ela destaca que a crise da COVID-19 é uma oportunidade para que os moradores dos bairros populares possam se expressar em primeira pessoa, sem reinterpretação ou mediações. Neste sentido, e como moradora de um bairro popular da Argentina, Miño constata que existe um romantismo ao redor do "fique em casa", que não ajuda a compreender as realidades dos bairros populares. É importante entender que a pandemia é vivida em relação e está condicionada ao lugar em que se vive. Muitos bairros populares possuem corredores com 80 cm de largura em uma fila, por meio da qual se deve organizar a distribuição de marmitas e outros produtos. Nestas condições de precariedade, o isolamento e distanciamento social preventivo é muito difícil de acatar.

Miño assinala que as soluções por parte do Estado não funcionam se não

chegam a tempo, pelo que é necessário dar celeridade às respostas e às políticas públicas. Para solucionar este problema, a participação da comunidade é fundamental. Quando a burocracia não é efetiva, é preciso trabalhar a partir e dentro dos bairros, com a sua gente. É importante manter isto e que as vizinhas e os vizinhos cuidem-se entre eles.

Uma das medidas que a expositora entende como prioritária neste contexto é a destinação de orçamentos para gerar pontos de informação no interior dos bairros populares, nos quais se distribua material de higiene e proteção sanitária. Paralelamente, deve-se identificar a população de adultos idosos, e aquela que se encontre em risco diante do vírus. Miño formula que estas tarefas podem ser realizadas pelos vizinhos e pelas vizinhas, líderes comunitários que já possuem um conhecimento detalhado do território e que poderia simplificar e agilizar os processos.

Para finalizar, a expositora propõe três ações para fortalecer a situação dos bairros populares e ajudar a sair da pandemia:

1. □

Planejamento das obras pequenas e médias para atender primeiro o urgente e organizar aquilo que pode ser realizado em longo prazo.

2. □

Utilização da mão de obra local, pois quando as organizações dos bairros populares podem acompanhar os processos e põem em prática os seus métodos para planejar o trabalho, as medidas tornam-se mais efetivas e têm mais possibilidades de perdurar no tempo.

3. □

As ações coletivas são fundamentais e devem ser realizadas em comunidade e ser participativas. Não é preciso naturalizar a condição na qual as populações dos bairros populares habitam. Para isto é preciso fortalecer a organização coletiva, a partir de compartilhar experiências e visibilizar o que acontece.

Tatiana Gallego Lizón

Entre fevereiro de 2015 e maio de 2017, Tatiana foi diretora da Divisão de Desenvolvimento Urbano e Água do Departamento do Sudeste Asiático do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD). Entre 2002 e 2014, liderou o desenvolvimento de negócios e a identificação, formulação, processamento e implementação de empréstimos urbanos e assistência não creditícia a vários países da Ásia. Também foi responsável pela conceitualização e desenvolvimento do trabalho especial do setor em questões tais quais cidades competitivas, desenvolvimento de cidades em grupo e planejamento metropolitano, participação público-privada (PPP) e infraestrutura urbana, resiliência à mudança climática em cidades, governo eletrônico e cidades inteligentes e outras iniciativas.

A Rede de Cidades BID é uma plataforma de conhecimento, relacionamento e soluções a nível municipal que tem como finalidade socializar o conhecimento, as lições aprendidas e as boas práticas em sustentabilidade ambiental, econômica e social de mais de 160 cidades da América Latina e do Caribe. Através de encontros promovemos o apoio institucional, a inovação, e o intercâmbio de conhecimento entre o setor público, o privado, a sociedade civil e a academia para impulsionar a demanda e as capacidades para empréstimos e investimentos que resolvam os principais desafios urbanos na região.

Alejandro Aravena

Alejandro Aravena obteve o diploma de arquiteto na Universidade Católica do Chile em 1992. Logo após, realizou estudos de teoria e história no IUAV de Veneza. Em 1994, estabeleceu o seu próprio escritório, Alejandro Aravena Arquitectos. De 2000 até 2005, foi professor na Universidade de Harvard, onde fundou ELEMENTAL junto a Andres Jacobelli. Em 2010, foi nomeado International Fellow do Royal Institute of British Architects. Foi curador da 15ª Biennale di Venezia. Em 2016, recebeu o Prêmio Pritzker. A partir de 2001, dirige ELEMENTAL.

Rahul Mehrotra

Decano da Faculdade de Design e diretor do Departamento de Urbanismo e Planejamento, Rahul Mehrotra é professor de Design e Planejamento Urbano na Escola de Design da Universidade de Harvard. É arquiteto, urbanista e educador. O seu escritório, RMA Architects, com sedes em Mumbai e Boston, foi fundado em 1990 e concebeu e executou uma ampla variedade de projetos. Mehrotra é membro do Comitê Diretivo do Instituto Laxmi Mittal do Sul da Ásia em Harvard. As suas pesquisas de urbanismo estão focadas na evolução de um marco teórico para o projeto em condições de crescimento informal, o que ele chama a "Cidade Cinética". A sua pesquisa atual foca-se nas pequenas cidades e nas conglomeradas urbanas emergentes da Índia. Estudou na Escola de Arquitetura de Ahmedabad (CEPT) e se formou com um mestrado com distinção em Desenho Urbano da Universidade de Harvard. Atualmente, é o diretor do Programa de Desenho Urbano da Escola de Desenho da Universidade de Harvard.

Jaime Pumarejo

Prefeito eleito de Barranquilla para o período 2020-2023, Jaime Pumarejo Heins nasceu em Barranquilla, em 1980. É administrador de Sistemas de Informação, da Universidade de Purdue, Indiana, Estados Unidos e conta com um mestrado em Administração de Empresas com ênfase em Finanças do Instituto de Empresas de Madri, Espanha.

Decidiu voltar para Barranquilla para trabalhar com o seu pai e contribuir com o crescimento da cidade. Iniciou-se no setor público a partir da primeira administração de Alejandro Char como conselheiro para a Competitividade e Concessões. Foi gerente do Centro de Eventos do Caribe Puerta de Oro.

Também atuou como gerente de Desenvolvimento de Cidade de Barranquilla, sendo responsável pelas áreas de Planejamento, Habitação, Infraestrutura, Mobilidade, Transmetro, Espaço Público e Desenvolvimento Urbano.

Igualmente, liderou e coordenou os projetos emblemáticos da cidade, como o Grande Malecón, o programa Todos ao Parque, o novo plano de arborização de Siembra Barranquilla, a infraestrutura dos Jogos Centro-americanos e do Caribe, a recuperação do centro, a canalização dos córregos, e a escultura e construção de moradias; o que o colocou para trabalhar sempre nas questões estratégicas de Barranquilla, para o seu crescimento e desenvolvimento.

Em sua trajetória de vida também se destaca o seu cargo como secretário de Mobilidade de Barranquilla. Além disso, foi ministro de Habitação no governo do presidente Juan Manuel Santos, destacando-se pelo seu perfil executivo e a sua preparação.

Jorge Muñoz

Jorge Muñoz Wells é limenho, de 57 anos, e a partir do dia 1º de janeiro de 2019 assumiu o cargo de chefe da Prefeitura Metropolitana de Lima. É advogado pela Pontifícia Universidade Católica do Peru e fez Mestrado em Planejamento Territorial e Gestão Ambiental na Universidade de Barcelona; é um executivo com mais de 23 anos de experiência em gestão municipal.

Antes de ser eleito prefeito de Lima, foi prefeito reeleito da Prefeitura Distrital de Miraflores (2015-2018). O seu primeiro período como autoridade municipal foi desempenhado entre 2011 e 2014. Anteriormente, foi três vezes vereador em Miraflores (1999-2010), ocupando o cargo de vice-prefeito entre 2003 e 2006. Foi diretor municipal da comuna de Miraflores (1996-1998).

Integrou o Conselho Nacional da Competitividade e a Formalização (CNC), e também presidente da Coordenadora Nacional de Redes de OMAPED.

Como prefeito distrital de Miraflores obteve o Prêmio Rainha Sofia da Espanha 2012, reconhecimento do governo espanhol, entregue pela própria rainha da Espanha. Além disso, durante a sua gestão, Miraflores foi reconhecida com mais de 15 Prêmios Boas Práticas em Gestão Pública por organizações como Cidadãos ao Dia (CAD) e Prêmio à Criatividade Empresarial da UPC, por iniciativas de gestão ambiental, inclusão social, atenção ao cidadão, entre outras. Um dos reconhecimentos mais importantes foi a implementação do programa "Miraflores 360": Todos juntos pela segurança cidadã, modelo municipal internacionalmente reconhecido.

Como prefeito de Lima, o seu plano de governo focou-se em quatro eixos importantes: segurança cidadã, transporte, luta contra a corrupção e limpeza pública. Tem o desejo de transformar a cidade de Lima na cidade que todos merecemos viver.

Sebastião Bruno

Engenheiro civil, a partir do dia 2 de março de 2015 ocupou o cargo de secretário no Comitê Coordenador Geral da Coordenação Geral de Urbanização de Assentamentos Precários. No dia 2 de janeiro de 2017 foi responsável pela comissão como coordenador geral de Programas de Interesse Social. Atualmente ocupa o cargo de secretário de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação.

Fernanda Miño

A partir de dezembro de 2019, Fernanda é secretária de Integração Sócio-Urbana do Ministério de Desenvolvimento Territorial e Hábitat da República Argentina.

Moradora do bairro La Cava, um assentamento informal histórico com uma população de 13 mil pessoas, localizado no partido de San Isidro (300 mil habitantes), da Província de Buenos Aires.

Abriu há vários anos o pátio da sua casa para construir o espaço comunitário EnBarriarte, que ainda funciona em La Cava fornecendo apoio escolar e ateliês de artes e ofícios.

Na época que cursava os seus estudos de profissionalização, Fernanda dedicou-se à militância social, acompanhando processos de urbanização e trabalho territorial em distintos distritos do conurbano bonaerense e bairros da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Em 2018, no marco da criação do Registro Nacional de Bairros Populares que coordenou em San Isidro, começou a integrar a Mesa Nacional de Bairros Populares que agrupa referentes das organizações da Argentina.

Também foi vereadora do Honorable Conselho Deliberante do Partido de San Isidro, entre 2017 e 2019.

